

**UNESP – UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA  
Departamento de Geografia  
CEGeT – Centro de Estudos de Geografia do Trabalho**

**Thais Helena dos Santos**

**“A FORÇA DE TRABALHO JOVEM E A FUNDAÇÃO MIRIM EM PRESIDENTE  
PRUDENTE/SP”**

**Presidente Prudente**

**2011**

**UNESP – UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA  
Departamento de Geografia  
CEGeT – Centro de Estudos de Geografia do Trabalho**

**Thais Helena dos Santos**

**“A FORÇA DE TRABALHO JOVEM E A FUNDAÇÃO MIRIM EM PRESIDENTE  
PRUDENTE/SP”**

Monografia apresentada ao  
Departamento de Geografia da  
FCT/UNESP em cumprimento das  
obrigações para a obtenção do título  
de Bacharel em Geografia.

**Presidente Prudente**

**2011**

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a meus pais, Abel dos Santos e Eronita Maria de Santana Santos, por seu amor e fé incomensuráveis, sempre me transmitindo forças nos momentos mais difíceis.

Aos meus irmãos Rodrigo Luis dos Santos e Lucas Antonio dos Santos, figuras fraternas que me divertem e fazem com que acredite que a alegria tem que ser mantida acima de tudo!

À meu amado companheiro Alex Paulo de Araujo que, com seu amor e carinho ímpar, vem me apoiando e auxiliando fielmente, sempre com seu largo sorriso, nas decisões pessoais e profissionais que faço.

Aos meus avôs, José dos Santos e Joaquim Agostinho de Santana pelos ensinamentos que deixaram em vida, regados com muita força e dignidade! À minhas avós, Lourdes Alves dos Santos e Joséfa Maria de Santana Santos, por todo o afeto e cuidados dedicados ao longo de nossa trajetória.

À meus tios e tias, primos e primas, especialmente à Tia Nininha, Tia Leonor, Tia Eliana e Tio Mauro por todo apoio e respaldo que deram a mim, aos meus pais e irmãos sempre! Aos meus primos e primas.

Aos colegas que freqüentaram o Ensino Básico junto comigo em Embu, especialmente à Marcia, Débora, Roseli e Elisângela.

À todos professores e professoras que passaram por minha vida e que serviram de inspiração na escolha da minha profissão!

Não poderia deixar de agradecer as pessoas com as quais vivenciei grandes momentos durante a graduação: Eliane, Raquel, Vivi, Rodrigo Professorix, Marcelão, Gui, João Vitor, Anderson Marioto e Alex Marighetti, viva o churrasco! E minhas queridíssimas amigas do Quarteto Fantástico: Nivea Chapelzito Vermelho, Gabi Branca de Neve e De Gata Borracheira, por todas gargalhadas e lágrimas que compartilhamos! Muito obrigada por fazerem parte da minha vida! Aos amigos Janaína e Tiago pelo apoio e palavras de incentivo.

Aos colegas Oséias Martinucci e Rafael Catão pelo repasse das informações que utilizamos no trabalho, base cartográfica e banco de dados do censo.

Agradeço aos professores do Departamento de Geografia. Aos funcionários da FCT, especialmente, à Dona Lucia, Fátima (Biblioteca), Altina

(Discente IV), Flávia (Graduação) pelo auxílio nas dúvidas e socorros que ocorreram.

Aos colegas de grupo, especialmente ao Prof<sup>o</sup> Thomaz, por permitir minha participação no CEGeT como ouvinte e pela imensa compreensão com meu ritmo diferenciado de pesquisa.

Muito obrigada!

## **RESUMO**

O presente texto tem como objetivo compreender a dinâmica de inserção de uma parcela dos jovens prudentinos no trabalho e o respectivo enquadramento atribuído a eles pela Fundação Mirim de Presidente Prudente/SP. Na trajetória dessa pesquisa, avaliamos a temática, por meio de um levantamento quantitativo e qualitativo pesquisado junto à entidade assim como a consulta de informações demográficas em banco de dados de órgãos públicos que, escudados pela literatura da temática do trabalho, explicitam algumas características da realidade desses jovens como, por exemplo, as condições que têm de enfrentar em busca de sua realização enquanto trabalhador na situação de aprendizagem.

**Palavras-chave:** Aprendizagem, trabalho, Fundação Mirim.

## **ABSTRACT**

This paper have to objective understand the dynamics of the insertion of a portion of the prudentinos young at work and the respective framing assigned to them by the Foundation of Presidente Prudente Mirim / SP. In the course of this research, we evaluate the issue, through a quantitative survey and qualitative survey of the entity as well as demographic information query the database of public agencies that, shielded by the literature of the subject of the work, explain some features of reality these young people, for example, the conditions they face in search of his achievement as a worker in the learning situation.

**Keywords:** learning, work, Mirim Foundation.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

GRÁFICO 1 – Distribuição da população de Presidente Prudente abaixo dos 24 anos, por faixa etária e sexo, 2000	p. 26
MAPA 1. População por grupos de idade.	p. 29
GRÁFICO 2 – Proporção da população prudentina abaixo dos 24 anos, por faixa etária e bairros	p. 30
GRÁFICO 3 – Distribuição das pessoas alfabetizadas, por faixa etária e sexo, em Presidente Prudente, 2000	p. 32
GRÁFICO 4 – População de 18 a 24 anos com Ensino médio completo - Estado de São Paulo, Região de Governo de Presidente Prudente e Município de Presidente Prudente, 2000	p. 34
GRÁFICO 5 – População de 25 anos e mais, com menos de 8 anos de estudo - Estado de São Paulo, Região de Governo de Presidente Prudente e Município de Presidente Prudente, 2000	p. 34
GRÁFICO 6 – Comparação da renda <i>per capita</i> do Estado de São Paulo, da Região de Governo de Presidente Prudente e do Município de Presidente Prudente, em salários mínimos, 2000	p. 36
GRÁFICO 7 – Comparação percentual de domicílios com renda <i>per capita</i> até meio salário mínimo - Estado de São Paulo, Região de Governo de Presidente Prudente e Município de Presidente Prudente, 2000	p. 36
GRÁFICO 8 – Comparação percentual de domicílios com renda <i>per capita</i> até um quarto de salário mínimo - Estado de São Paulo, Região de Governo de Presidente Prudente e Município de Presidente Prudente, 2000	p. 37
GRÁFICO 9 – Participação do setor de comércio na economia do Estado de São Paulo, Região de Governo de Presidente Prudente e Município de presidente prudente, 2010	p. 38
GRÁFICO 10 – Rendimento médio do trabalhador do setor de comércio - comparação entre Estado de São Paulo, Região de Governo de Presidente Prudente e Município de Presidente Prudente, 2010	p. 38
GRÁFICO 11 – Participação do setor de serviços na economia do Estado de São Paulo, Região de Governo de Presidente Prudente e Município de Presidente Prudente, 2010	p. 39
GRÁFICO 12 – Rendimento médio do trabalhador do setor de serviços - comparação entre Estado de São Paulo, Região de Governo de Presidente Prudente e Município de Presidente Prudente, 2010	p. 39
MAPA 2. Número de jovens ingressantes em 2011 na Fundação Mirim	p. 44

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – População de Presidente Prudente abaixo dos 24 anos, por faixa etária e sexo, 2000	p. 26
TABELA 2 – População prudentina abaixo dos 24 anos, por bairros, 2000	p. 27
TABELA 3 – Alfabetização em Presidente Prudente, por faixa etária e sexo, 2000	p. 32
TABELA 4 – Defasagem escolar, por faixa etária, Presidente Prudente, 2000	p. 33
TABELA 5 – Relação dos jovens que frequentam a Fundação Mirim, por bairro, parcial 2011	p. 42
TABELA 6 – Acompanhamento dos aprendizes, parcial 2011	p. 45

## APRESENTAÇÃO

Nossa vontade em estudar a questão do trabalho surgiu logo no início da graduação em Geografia. Primeiramente, o que chamou atenção foi a característica da Geografia tentar compreender, entre outras atribuições presentes em seu arcabouço teórico, os fenômenos e transformações do espaço através das relações homem-natureza.

Em seguida, após entrar em contato com os grupos de estudos existentes no campus, de pronto achamos interessante a proposta do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho – CEGeT que na pessoa do Prof<sup>o</sup> Thomaz, nos acolheu e propiciou os primeiros contatos com a literatura concernente à temática do trabalho. Esse interesse foi motivado, principalmente, pela memória que trazíamos da insatisfação com nossa primeira experiência de trabalho assalariado.

Trabalhando em uma rede multinacional de lojas de varejo que, ainda hoje, se caracteriza por seu quadro de funcionários ser formado por uma maioria de trabalhadores jovens com idades entre 18 e 25 anos, sentimos, com o passar do tempo, a lógica de exploração ali presente. Em suma, entre outras estratégias, tal exploração se fazia operante, por exemplo, pelo acúmulo de horas em banco que tínhamos de fazer conforme a necessidade da loja, e, depois, também segundo seus interesses, descontar o montante acumulado.

Considerando a questão da força de trabalho como um importante componente para se compreender a relação capital e trabalho, focaremos nosso estudo nas especificidades das atividades laborais exercidas pelo público jovem.

Atrelando nossa personalidade ao objeto de estudo, esperamos elucidar, mesmo que minimamente, essa questão dentro do território prudentino. Para tanto, utilizamos em nosso trabalho, além da literatura específica, algumas atribuições geográficas como a organização do território a partir da influência de setores da sociedade nos arranjos espaciais, sob o escopo do modelo produtivista que, entre outras características, explora sobremaneira a força de trabalho da qual dispõe.

Com base nesse cenário e, também considerando o tempo de existência da entidade, decidimos estudar, localmente, a atuação da Fundação Mirim no município de Presidente Prudente/SP.

O presente texto tem como objetivo compreender a dinâmica de inserção de uma parcela dos jovens prudentinos no trabalho e o respectivo enquadramento atribuído a eles pela Fundação Mirim de Presidente Prudente/SP, principal provedora dessa força de trabalho nos locais de trabalho situados no município.

Almejamos também conhecer e explicitar as vantagens que o empresariado obtém quando contrata tal público, utilizando, entre outros recursos, mapas temáticos que demonstrem a origem de moradia desses jovens assim como um esboço da localização dos ambientes em que trabalham.

Alicerçamos o objetivo demarcado no trabalho através de uma metodologia que consistiu em revisão bibliográfica da temática; consultas a publicações e materiais atinentes ao conteúdo – revistas, sites etc – e o estudo da fundamentação legal das diretrizes trabalhistas estabelecidas pelos órgãos federais responsáveis, legitimando a prática da aprendizagem no Brasil.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	p. 12
CAPÍTULO 1. TRABALHO E SEUS DESDOBRAMENTOS: ALGUMAS CONCEITUAÇÕES SOBRE A QUESTÃO	p. 18
CAPÍTULO 2. JOVENS PRUDENTINOS: REPRESENTAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO DE ALGUMAS CARACTERÍSTICAS	p. 25
2.1. QUANTOS SÃO OS JOVENS PRUDENTINOS?	p. 25
2.2. A ESCOLARIZAÇÃO DO JOVEM PRUDENTINO	p. 31
2.3. CARACTERÍSTICAS DA RENDA <i>PER CAPITA</i> EM PRUDENTE: EXPRESSIVIDADE DOS SETORES DE COMÉRCIO E SERVIÇOS	p. 35
CAPÍTULO 3. FUNDAÇÃO MIRIM, APRENDIZAGEM E SETORES BENEFICIADOS: DO PROCESSO DE <i>CUNHAGEM</i> AO APROVEITAMENTO DA FORÇA DE TRABALHO	p. 40
3.1. A ORGANIZAÇÃO DA FUNDAÇÃO MIRIM	p. 40
3.2. CARACTERÍSTICAS DO JOVEM MIRIM	p. 42
3.3. O <i>STÁTUS</i> DA FUNDAÇÃO MIRIM E SUA PRÁTICA	p. 46
CONSIDERAÇÕES FINAIS	p. 53
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	p. 56
ANEXOS	p. 58

## INTRODUÇÃO

O trabalho não é somente o ato de transformação da matéria-prima retirada da natureza em produto, mas, é também o meio utilizado durante o processo pelo qual se obtém os mais variados bens ou, ainda, a energia dispensada através do ato da venda da força de trabalho<sup>1</sup> enquanto uma mercadoria pertinente ao processo de obtenção desses bens. Igualmente, pode ser entendido como o trabalho vivo utilizado na objetivação de determinado produto e/ou realização de função laboral.

Os sujeitos, homens e mulheres trabalhadores, ao se objetivarem no ato do trabalho, através da realização da ação exercida ou pelos objetos resultantes desse processo, modificam tanto a si quanto a sociedade na qual estejam inseridos.

Essa realização se modificou ainda mais com a modernidade da história que, entre outras características, pode ser traduzida pela maior introdução das técnicas nos meio de produção, aumento a produtividade e a acumulação de mais valor a partir da feitura e venda dos objetos produzidos.

Dessa maneira, ao longo do processo histórico, o trabalho traz ao debate a necessidade de ser compreendido enquanto característica central da formação cultural e social dos sujeitos. Essa centralidade pode ser interpretada como uma característica que possibilita aos trabalhadores se realizarem através do exercício de suas atividades laborais, dando-lhes significado e ao mesmo tempo significando o ato de trabalhar (ANTUNES, 2007; THOMAZ JR., 2009).

---

<sup>1</sup>“Por força de trabalho ou capacidade de trabalho entendemos o conjunto das faculdades físicas espirituais que existem na corporalidade, na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento toda vez que produz valores de uso de qualquer espécie” (OLIVEIRA apud MARX, 2006, p. 99).

Porém, o que se tem observado, em detrimento da centralidade do trabalho, é a realização do capital através da força de trabalho dispensada pelo trabalhador. Trabalhador ao qual se pode atribuir, além do assalariamento, várias denominações como, por exemplo, trabalhadores autônomos, temporários, sazonais etc (CARVALHAL, 2004; THOMAZ JR., 2008).

É sabido ainda que, os resultados da estratégia operacional da lógica do capital – exploração da força de trabalho, insalubridade no ambiente de trabalho, abafamento da subjetividade etc – são características marcantes da degradação do trabalho que a classe trabalhadora vem enfrentando.

Nosso atual período histórico, portanto, o século XXI, vem aprofundando ainda mais a degradação que envolve os trabalhadores em suas atividades laborais, submetendo-os a precárias condições de trabalho que podem ser traduzidas, entre outras situações, pela exploração do trabalho infantil, aumento do desemprego e até mesmo a existência de trabalho escravo, resultantes de um modelo que prima pela intensificação e manutenção das desigualdades sociais (CARVALHAL, 2004; THOMAZ JR. 2005, THOMAZ JR. 2011), produzindo e transformando o espaço a partir das relações sociais de produção.

Com o intuito de melhor compreender os processos que articulam os paradigmas de produção que serão apresentados no decorrer do texto, se faz necessário uma reflexão acerca da viabilidade espacial que comportam as instalações e infra-estruturas que funcionam conforme os preceitos desses modelos. Trata-se de entender o como essa organização é possibilitada. É possível se dizer de antemão que, para que haja produção, é necessária a existência de uma base territorial. Sendo assim, a quem cabe a responsabilidade pela mediação das articulações e estratégias que se fazem presentes nesse processo?

Essa ponderação se torna mais explicativa quando utilizamos o papel do Estado como exemplo. É possível se dizer que, através do controle que exerce, poderia ser apontado como o primeiro responsável pelas transformações que acontecem em seu território<sup>2</sup>. Mas, além dessa interpretação, as relações sócio-espaciais desdobradas

---

<sup>2</sup>Segundo Souza, o território é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder. (SOUZA, p. 78, 2005).

em determinada delimitação espacial, no caso o território, podem ser compreendidas através de influências e interesses diversos, sob as mais variadas escalas de representação geográfica, política, econômica e social.

Dentro desse arcabouço teórico, a educação ocupa um papel muito importante. No entanto, é necessário registrar que nem sempre o cenário, ou melhor, a situação da educação que temos, como foi no século XX com características estendidas ao século XXI, foi assim. Ao longo da história, o direito e acesso à educação era exclusividade dos sujeitos mais abastados socialmente, culminando, conseqüentemente, na exclusão dos filhos dos trabalhadores desse direito. Mas, como, a partir de meados do século XIX, as sociedades passaram a ter uma característica mais urbana, com a economia sendo mais demarcada a partir de bases industriais, criou-se também uma necessidade de formar os homens e mulheres para atenderem a essa demanda. Então, ocorre um processo de inserção da classe trabalhadora no ambiente escolar. Para direcionar ainda mais essa formação sob os interesses políticos e econômicos vigentes, surge ambientes auxiliares a educação considerada formal. Esses ambientes podem ser exemplificados, por exemplo, através das escolas de formação técnica (POCHMANN, 2010).

Concernente à questão do trabalho, trazemos a essa discussão a temática do jovem trabalhador que, por sua vez, participa da degradação do trabalho promovida pela lógica do modo de produção capitalista, através de estratégias de exploração da sua força de trabalho que, entre outras formas, pode ser explicitada pela aprendizagem voltada ao trabalho. Segundo Carvalho (2004)

Há uma retomada da centralidade que a educação alcança, no sentido de promover a inserção e re-inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho, baseadas na necessidade do capital de mão de obra capacitada a exercer funções que se tornaram mais complexas com o *toyotismo*, porém, isso nem sempre é realizável, ou seja, a educação não garante o emprego, e o uso recorrente desta relação causal educação-trabalho embute os riscos de encarar a educação como mero fator produtivo, algo que o capital não pode realizar em sua plenitude, pois a educação é contraditória; ao mesmo tempo em que procura conformar os indivíduos à sociedade capitalista, fornece-lhes os códigos de acesso para a leitura da própria sociedade capitalista e seu sistema de exploração do trabalho (p. 274 e 275).

As origens que motivam os jovens a se inserirem em programas de aprendizagem variam desde a necessidade de auxiliarem no sustento familiar – fator este que historicamente segrega e promove desigualdades, forçando-os a ingressarem cada vez mais cedo em atividades laborais - a assimilação do discurso que enaltece o trabalho como um possível provedor de independência financeira e pessoal. A passagem de Kuenzer (1991) vem nos auxiliar sobre as dificuldades enfrentadas pelos jovens ao tentarem ingressar no mundo do trabalho, explicitadas através das disparidades promovidas pelo modelo de educação vigente

Embora se tenha claro que o acesso a posições no mercado de trabalho não se defina primordialmente através da passagem pela escola de 2º grau [Ensino Médio] e sim pelas necessidades e peculiaridades conjunturais do sistema produtivo, sabe-se que a aquisição de um determinado saber sobre o trabalho na escola pode referendar ou não posições sociais determinadas pela origem de classe. A medida em que a posse de determinados "saberes" é um dos critérios utilizados pelo sistema produtivo no momento do recrutamento da força de trabalho, o caráter desigual do ensino de 2º grau [Ensino Médio] [e também da vida] reveste-se de tendências elitistas e, portanto, antidemocráticas (p. 10 e 11).

Verifica-se, portanto, no Ensino Regular a reprodução da lógica de segregação posta na sociedade atual.

Há tempos que sabemos que os detentores do poder utilizam como recurso para cativar os trabalhadores, a tese que superestima o trabalho enquanto um possível provedor de independência do ser. Contemporaneamente, os artifícios que propagandeiam essa ideia se travestem das mais variadas formas. Uma delas é a possibilidade do trabalho enquanto aprendizagem.

Sendo assim, uma parcela dos jovens vislumbra na aprendizagem voltada ao trabalho uma possível alternativa para conseguirem se inserir no mundo do trabalho e exercer alguma atividade laboral, chegando até mesmo a aceitarem condições de trabalho sem aplicação direta do conteúdo presente no treinamento recebido nas entidades em que estejam vinculados.

O discurso da aprendizagem enquanto promotor do desenvolvimento pessoal e profissional – mais um formato possível na exploração de força de trabalho dos

jovens<sup>3</sup> – é um recurso muito apazível às empresas e empregadores que contratam esse público, pois, apesar da possível punição prevista em lei caso seus quadros de trabalhadores não contenham uma demanda de jovens aprendizes, são vários os benefícios dados a este setor em troca da inserção dos menores no mundo do trabalho. Tal contrapartida ocorre, por exemplo, através da isenção ou abatimento de impostos assim como a não obrigatoriedade de vínculo empregatício desses sujeitos após completarem a maioridade civil.

Baseando-se nas tendências produtivistas decorrentes da história do modo de produção capitalista, o modelo *fordista* foi um processo que caracterizou, por muito tempo, as condições de trabalho assim como a organização espacial e o ordenamento territorial de diferentes localidades do globo.

Contemporâneas a esse bojo histórico, as primeiras escolas de aprendizagem funcionavam sob paradigma *fordista*, treinando os jovens em áreas que priorizassem a especialização dos trabalhadores. As escolas do “sistema S”: Senai, Sesi e Senac são exemplos de entidades que atuaram e, ainda atuam, com essa característica. Sendo assim, salienta-se que o recurso de explicitar o modelo fordista e toyotista de maneira separada, é promovido enquanto recurso didático, uma vez que, a dialética que se faz presente na natureza do capital, criando e recriando espaços de produção e competitividade, comporta de maneira plural em sua dinâmica, os modelos de produção existentes (OLIVEIRA, 2006).

Contudo, atualmente, a aprendizagem voltada ao trabalho pode ser enquadrada dentro do modelo *toyotista*, pois, sob a intenção estimular seu engajamento ao trabalho, é repassado aos jovens, de maneira sedutora, o discurso do saber trabalhar de forma múltipla e flexível.

Como estratégia de manutenção deste modelo produtivista, entre outros recursos, está o argumento de que o trabalhador deve, ao exercer sua função, se esforçar para trabalhar em equipe e também garantir à empresa um bom funcionamento, pois, quem sabe quando a empresa apresentar em seus resultados

---

<sup>3</sup>Como encontramos dificuldade em definir os conceitos de jovem e adolescente, resolvemos nos pautar na ideia de SINGER (2008), quando explicita que a juventude pode ser um grupo de pessoas que tenham idades dos 16 aos 24 anos. Dessa maneira, utilizaremos o termo jovem com maior frequência em nosso trabalho.

melhorias com relação à obtenção de lucro ou um aumento de influência na área de atuação onde esteja inserida poderá o trabalhador ter grandes chances de uma promoção profissional!

Tal mecanismo falacioso é explicitado no excerto através do exemplo do trabalhador assalariado. No entanto, cabe destacar que os reflexos dessa dinâmica também resvalam nos jovens aprendizes

[considerando] como *cerne essencial do toyotismo*, [a] busca do “engajamento estimulado” do trabalho, principalmente do trabalhador central, o assalariado “estável”. É através da “captura” da subjetividade que o operário ou empregado consegue operar, com eficácia relativa, a série de dispositivos técnico-organizacionais que sustentam a produção fluída e difusa (ALVES, p. 159, 2007, grifo nosso).

Essa característica de fluidez difusora possibilita aos donos dos meios de produção manobrar o uso da força de trabalho da qual dispõem conforme seus interesses, determinando tanto o modo quanto as condições em que as atividades de trabalho serão realizadas.

No caso do nosso trabalho, essa estratégia se faz presente na lógica de atuação de alguns setores econômicos em Presidente Prudente quando, entre outras características ainda não apreendidas dentro da organização territorial, fazem usufruto da força de trabalho do jovem. Essa prática acontece através de uma cooperação com a entidade de aprendizagem local, a Fundação Mirim. Trata-se de uma entidade existente e atuante a mais de meio século na cidade de Presidente Prudente, caracterizada pelo foco na formação da força de trabalho específica do público jovem e também mediando o ingresso desses sujeitos no mundo do trabalho.

Em conformidade ao exposto até então, o capítulo seguinte afinará algumas características atinentes à temática do trabalho e seus desdobramentos.

## **CAPÍTULO 1. TRABALHO E SEUS DESDOBRAMENTOS: ALGUMAS CONCEITUAÇÕES SOBRE A QUESTÃO**

O trabalho, em uma de suas possíveis compreensões, sob um antigo prisma, pode ser entendido como o ato que permite ao homem, através da sua força de trabalho, garantir a manutenção e subsistência da sua vida, característica que pode ser compreendida pela relação e ação direta do homem com relação ao meio, vivendo e transformação da natureza conforme suas necessidades.

Porém, de acordo com os processos históricos, a noção de trabalho deixou de ser compreendida puramente sob o viés da subsistência. Dessa forma, torna-se conhecida a noção de trabalho enquanto necessidade de sobrevivência. Essa necessidade se realiza através da venda da força de trabalho como mercadoria (POCHMANN, 2010).

Com o passar do tempo, mais necessariamente com o advento do capitalismo, a propriedade de se saber fazer algo, ou seja, o conhecimento sobre o processo de transformação da matéria-prima em produto que, anteriormente pertencia ao sujeito, foi aos poucos se perdendo até chegarmos à prática mais conhecida e vivenciada esmagadoramente pelas sociedades, a intensificação da venda de força de trabalho em detrimento da subjetividade do ser (ANTUNES, 2004).

Tal prática se intensificou no período moderno da história que, entre outras características, primou pela submissão dos sujeitos a um modo de produção o qual traz em seu cerne, a intenção da acumulação de mais valor a partir da venda dos objetos produzidos.

Sendo assim, a força de trabalho despojada pelos mais variados sujeitos e utilizada na produção de bens, é base para a geração de lucro dos detentores dos meios de produção. Recorremos ao excerto de Alves (2007) para melhor compreendermos a relação força de trabalho e geração de mais-valia

O capitalismo é o único modo histórico de produção em que a força de trabalho é mercadoria. Aliás, é a transformação essencial da força de trabalho em mercadoria, (...) que dá-nos a chave da acumulação da mais-valia (...). Só a força de trabalho como mercadoria é capaz de produzir mais-valia (p. 18).

Além da importância do viés econômico, é necessário deixar evidenciado que uma sociedade também se compõe através de fatores políticos, sociais e culturais. Dessa forma, se torna possível a análise de algumas questões que orientam e caracterizam algumas condições e situações que, por serem promovidas dentro dessa lógica produtivista e cruel, submergem as mais variadas sociedades em extensa e contínua desigualdade.

Dentro dessa dinâmica, o acúmulo de mais valia é evidenciado como um dos principais promotores das disparidades sociais, uma vez que, “a esfera da produção de mais valia, (...), é a instância diretamente determinante da reprodução social” (ALVES, 2007, p. 16). Outra análise freqüente é a compreensão da mais valia como uma característica “intrínseca da ordem de reprodução social metabólica do capital” (ALVES apud MÉSZÁROS, 2007, p. 16). Tal explicitação ocorre a partir do conceito difundido por MÉSZÁROS, no qual compara o capitalismo a um metabolismo, e atribui à sociedade a função de componente vivo desse sistema, ou seja, a parte responsável pela geração da energia, a parte que garante a existência do sistema, compondo o que foi denominado por metabolismo social do capital.

A abrangência dos assuntos relacionados à temática do trabalho propõe análises e discussões em diversas escalas territoriais, sob várias fundamentações teóricas. O leque de pesquisas afins pode ser representado por reflexões que, além da exploração da força de trabalho e da tecnificação dos meios de produção, esmiúçam aspectos do trabalho e também das condições do ambiente de trabalho tais como, insalubridade, periculosidade e penosidade que em pleno século XXI, persistem e balisam as condições de trabalho nas quais homens e mulheres se encontram submersos, porém, ao mesmo tempo resistindo (THOMAZ JR. 2011).

As características explicitadas anteriormente, exemplificam as inúmeras situações degradantes as quais o sujeito se depara, culminando na sua submissão em detrimento da garantia de sua subsistência. Dessa forma, se verifica outra característica do modo de produção capitalista: a precarização do trabalho.

Grosso modo, este é um conceito que visa descrever as situações de degradação que o trabalhador tem de enfrentar em sua realização. Em outras palavras

é possível dizer que a precarização é uma prática que promove a redução da dignidade do sujeito, expropriando sua essência em detrimento da obtenção de lucro (ANTUNES, 2004). A tese exposta se define melhor através do pensamento de Alves (2007)

... o conceito de *precarização* diz respeito a um modo de reposição sócio-histórica da *precariedade*. Se a precariedade é uma *condição*, a precarização é um *processo* que possui uma irremediável dimensão histórica determinada pela luta de classes e pela correlação de forças políticas entre capital e trabalho (p. 114).

Com base no trecho anterior e também ao que se segue, é possível vislumbrar que, de certa forma, os trabalhadores perdem sua autonomia perante o exercício de seu trabalho e acabam colaborando para a continuidade de tal prática:

A *precarização* é um atributo modal da *precariedade*. É uma forma de ser sócio-histórica da condição ontológica da força de trabalho como mercadoria. Enquanto existir *precariedade* haverá possibilidade objetiva de *precarização* que pode assumir dimensões objetivas e subjetivas. A precarização *não* apenas desvela uma condição ontológica da força de trabalho como mercadoria, mas explicita novos modos de alienação/estranhamento e fetichismo da mercadoria no mundo social do capital (ALVES, 2007, p. 115).

Além da mais-valia e da precarização, existem outros conceitos que subsidiam a manutenção do modo de produção capitalista. Estranhamento e alienação são exemplos de tais conceituações. Assim, Alves (2007) mais uma vez subsidia-nos na compreensão dizendo que

... as duas palavras têm o mesmo significado, ou seja, possuem um claro sentido negativo. Se a exteriorização ou objetivação da atividade do homem como ser genérico, possui um sentido de positividade, o estranhamento, por outro lado, possui um claro sentido de negatividade, tendo em vista que obstaculiza o desenvolvimento do ser genérico do homem através da atividade do trabalho (p.19).

No transcorrer do século XX, a precarização do trabalho começa a ser evidenciada de forma mais intensa e aprofundada. Dito de outra forma, se pode atribuir ao processo da reestruturação produtiva do capital<sup>4</sup>, no qual o trabalho vivo – os trabalhadores – é substituído pelo trabalho morto – as máquinas – a degradação da existência e da essência do ser e o zelo pela manutenção do modo de produção, ou

---

<sup>4</sup>Processo que se intensificou sobremaneira nos anos finais do século XX.

seja, a continuidade do acúmulo de lucro e da geração de mais valia (ANTUNES, 2007).

Faz-se aqui um ensejo para mencionar que hoje, infelizmente, estamos todos envolvidos neste sistema esmagador o qual cuida em privilegiar o desenvolvimento econômico e os grandes grupos capitalistas privando a população de uma vida justa e digna. Com o Brasil não foi diferente. Isto sem contarmos com o agravo de trazermos em nossa história as marcas da colonização que, entre outros malefícios, destruiu e usufruiu os recursos naturais do território, subjugando à escravidão milhares de sujeitos considerados como pessoas passíveis de tal recurso de exploração, somando a desigualdade social aqui presente além do viés econômico uma característica de ordem racial.

Retomando nossa discussão acerca da reestruturação produtiva do capital, atribuiu-se à lógica *fordista* a caracterização de uma produção feita em larga escala, onde os trabalhadores não participavam do processo inteiro da feitura do objeto. Compreende-se que esse modelo enaltece a especialização enquanto um recurso prático na confecção da mercadoria, fazendo com que os sujeitos trabalhem nas etapas da produção e sejam responsáveis pelas partes que comporão a mercadoria como um todo.

Entretanto, é importante destacar que o resultado desse trabalho é algo exterior a eles. Dessa forma, já que os sujeitos não mais se realizam em suas atividades em decorrência do distanciamento do processo que lhes foi imposto, o processo de estranhamento tende a se ampliar. Tal compreensão é pautada no seguinte trecho:

A exteriorização ou objetivação são traços ontológicos da atividade do trabalho humano-genérico. O homem é um animal que produz objetos, isto é, se objetiva em produtos. É o que se denomina objetivação ou exteriorização. É através do processo de objetivação (do trabalho) que o animal homem se tornou ser humano.

Entretanto, (...), a produção de objetos se inverteu em produção de coisas-mercadorias. O objeto de trabalho (ou o produto do trabalho) se tornou coisal, ou seja, tornou-se uma coisa, (...), que nega o próprio sujeito humano, (...). A objetivação assume deste modo, uma forma estranhada (ALVES, 2007, p. 19-20).

Com o passar dos anos, o modo de produção capitalista (re)configurou ainda mais a sua maneira de atuar com relação ao processo produtivo. O que já havia sido especializado agora tende a ficar fragmentado. Em outras palavras “o capital põe em prática o fracionamento incessante das tarefas, em indústrias, bancos, escritórios, etc. Com isso, transformam-se substancialmente a organização e o processo de trabalho”, (FRANCO, 1984, p. 14).

Enquanto o modelo fordista difundia a especialização da força de trabalho, o paradigma *toyotista* foca sua ação na flexibilidade do trabalho, ou seja, se promove o ideal de que o trabalhador deve exercer variadas funções dentro do mesmo ambiente de trabalho, não se valorizando mais uma especialização e sim um conhecimento de caráter múltiplo sobre as atividades atinentes ao local. Assim, temos que o *toyotismo* é:

... compreensão do surgimento de uma nova lógica de produção de mercadorias, novos princípios de administração da produção capitalista, de gestão da força de trabalho, cujo valor universal é constituir uma nova hegemonia do capital na produção, por meio da captura da subjetividade operária [e demais representações] pela lógica do capital (ALVES, 2000, p. 31, grifo nosso).

Toda essa articulação voltada à manutenção e controle das técnicas, nega aos trabalhadores o direito ao conhecimento e também a possibilidade se enxergarem no processo da produção de algo. O desdobramento dessa fragmentação é destacado na passagem a seguir:

A principal conseqüência da divisão e do parcelamento das tarefas, decorrentes da forma de organizar o trabalho em uma hierarquia de crescente complexidade, é a ausência de controle do processo de trabalho pelo trabalhador. O trabalhador fica reduzido a uma pequena unidade participante de um processo relativamente complexo, cuja definição é dada por aqueles que concebem o trabalho, pela tecnologia moderna, pelas normas e regulamentos e pelo poder disciplinar das empresas (FRANCO, 1984, p. 16).

Nesse sentido, cabe ainda mencionarmos que

as marcantes mudanças que ocorreram no ambiente produtivo e gerencial do mundo capitalista fazem florescer o cenário que se concretizará numa nova ordem espacial moldada pela empresa flexível, que traz consigo novas substâncias quanto aos mecanismos e padrões de acumulação e de geração de valor (THOMAZ JR., 2011, p. 6).

Complementando ainda que

O capitalismo, assim, reduziu a autonomia do trabalhador pela divisão e organização do trabalho em formas estritamente hierarquizadas, parcelando as tarefas ao extremo e intensificando o controle sobre o trabalhador no seio da produção. A divisão do trabalho garante para o capital tanto a posse da técnica quanto do trabalho intelectual, impedindo, por outro lado, que os trabalhadores deles se apoderem. Isso se realiza, entre outras coisas, reduzindo o trabalho do trabalhador a um mero trabalho manual de execução pura e simples, impedindo a colaboração entre trabalho manual e trabalho intelectual, recusando aos trabalhadores a possibilidade de aproveitarem a experiência prática adquirida na produção para, assim, apoderarem-se da técnica e da ciência (FRANCO, 1984, p. 17).

Há tempos que as regulações e decisões atinentes ao nosso país, mais especificadamente de âmbito econômico, são tomadas por corporações que influenciam globalmente a economia ou por países em que o Brasil possua dívidas a serem saldadas e acordos a serem cumpridos. Segundo o excerto seguinte temos que

O processo de precarização do trabalho e a constituição do precário mundo do trabalho são traços do novo sócio-metabolismo do capital nas condições da mundialização financeira. Ela atinge tanto países capitalistas centrais, como países capitalistas periféricos, como o Brasil. Inclusive, no caso do capitalismo brasileiro, o processo de precarização do trabalho assume dimensões complexas, articulando tanto dimensões histórico-genéticas (originárias da nossa formação colonial), quanto dimensões histórico-sociais vinculadas à nova ordem da mundialização do capital (ALVES, 2007, p. 111).

Além das características descritas até então, temos também a mão do Estado cooperando com muita subserviência na manutenção da lógica capitalista. Remete-se a modernidade a condição de intervenção mínima que foi dada ao Estado em detrimento da regulação do mercado por ele mesmo (CASTRO, 2009).

Outro ponto a ser colocado, é a participação ativa do Estado nas relações sócio-espaciais, uma vez que, além de base de atuação das forças de produção o espaço também é consequência, é produto dessas relações.

O Estado, através do seu poder de controle e fiscalização, exercita sua influência diretamente nos territórios, hierarquizando e segregando a sociedade, favorecendo os interesses capitalistas (OLIVEIRA, 2006).

Dessa forma, ao analisarmos o momento atual, é possível a elucidação de que a dinâmica de favorecimento recebida pelo empresariado, grosso modo,

caracteriza-se pelos diversos incentivos distribuídos pelos governos aos mantenedores e controladores dos meios de produção – indústrias, empresas, bancos etc.

Via de regra, com o intuito de legitimação para tal prática, o discurso do desenvolvimento econômico é apresentado nas diferentes escalas político-administrativas que compõem o território nacional enquanto possível redentor dos problemas enfrentados pela sociedade. Enaltecendo, além disso, o discurso de que praticando tais políticas o país possa obter maior visibilidade e inserção perante a economia mundial (ANTUNES, 2004).

Sendo assim, verifica-se há algum tempo uma estratégia de organização espacial e ordenamento territorial através de práticas e medidas de incentivo e também meios facilitadores voltados à manutenção dos vários setores e representantes presentes no cenário econômico.

Em contraponto a essa interpretação de que o Estado, em decorrência da sua soberania nacional, representa e garante a existência tanto de seu território quanto os territórios que o compõem, se faz presente a interpretação de formação territorial a partir de definições e delimitações espaciais e relações de poder. De outro modo, o território pode ser compreendido de diferentes formas, sendo construídos e, também desconstruídos, sob inúmeros interesses, nas mais variadas escalas (SOUZA, 2005).

No caso do nosso trabalho, temos o exemplo dessa estratégia de controle territorial e facilitação por meio de incentivos, a lógica de atuação do empresariado local que, entre outras características que ainda não conseguimos evidenciar, garante e mantém sua existência dentro da economia e geografia do território prudentino, usufruindo da força de trabalho do jovem aprendiz em seu quadro de funcionários. Não é necessário se fazer grandes mobilizações e dispensar esforços para que essas contratações sejam providenciadas. Basta apenas entrar em contato com a Fundação Mirim e solicitar a viabilização da força de trabalho da qual se esteja necessitando no momento.

Dessa forma, nos capítulos seguintes, serão abordadas as características dos jovens, homens e mulheres, envolvidos diretamente na dinâmica de atrelamento existente entre entidade que atua na formação para o trabalho, Fundação Mirim, e o

setor empresarial prudentino assim como explicitaremos o processo de formação dessa força de trabalho e o aproveitamento desses sujeitos no exercício de suas atividades laborais.

## **CAPÍTULO 2. JOVENS PRUDENTINOS: REPRESENTAÇÃO E ESPACIALIZAÇÃO DE ALGUMAS CARACTERÍSTICAS**

Os números apresentados logo mais são provenientes de alguns dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, nos Censos de 2000 e 2010 (apenas na referência ao atual total populacional de Presidente Prudente), pela Fundação SEADE e também consultados no site Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, instituições que se dedicam a estudos sobre a temática abordada neste trabalho.

Para um melhor aproveitamento dos dados estatísticos disponíveis nesses órgãos e também almejando a representação do público abordado em nosso trabalho de forma mais direta, selecionamos e organizamos, entre os dados totais, as pessoas presentes nas faixas etárias com idade abaixo dos 24 anos, o sexo desses sujeitos e, posteriormente, a escolarização e algumas características de renda.

Com o intuito de auxiliar nossa compreensão sobre os resultados obtidos, será feita uma breve, mas, necessária explanação das tabelas e gráficos que foram compilados a partir da metodologia descrita.

### **2.1. QUANTOS SÃO OS JOVENS PRUDENTINOS?**

Em conformidade aos dados do Censo de 2000, o município de Presidente Prudente comportava em seu território um total de 189.186 pessoas. A divulgação preliminar do Censo 2010 informa que, atualmente, Presidente Prudente apresenta um contingente populacional de 207.625 habitantes (IBGE, Censo 2000, 2010). Desse modo, os dados que serão representando daqui por diante referem-se ao Censo do ano de 2000 e em alguns momentos, subsidiar-se-ão em informações que obtivemos por meio de conversas com a direção da Fundação Mirim.

Em consonância ao exposto anteriormente e também vislumbrando uma leitura rápida dos dados selecionados, recortamos do total da população uma parcela que foi dividida por sexo e faixas etárias com idades de até 24 anos. Os resultados seguem demonstrados na Tabela 1 e Gráfico 1:

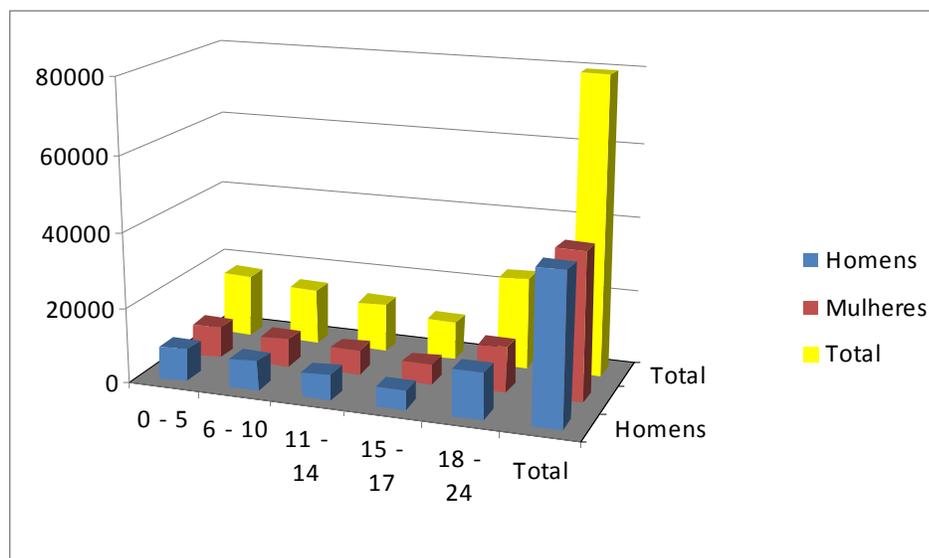
**TABELA 1 – POPULAÇÃO DE PRESIDENTE PRUDENTE ABAIXO DOS 24 ANOS, POR FAIXA ETÁRIA E SEXO, 2000**

Anos	Homens	Mulheres	Total
0 - 5	8.698	8.396	17.094
6 - 10	7.802	7.336	15.138
11 - 14	6.537	6.520	13.057
15 - 17	5.191	5.061	10.252
18 - 24	12.089	12.227	24.316
<b>Total</b>	<b>40.317</b>	<b>39.540</b>	<b>79.857</b>

Fonte: IBGE, Censo 2000.

Organização: Thais Helena dos Santos, 2011.

**GRÁFICO 1 – DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO DE PRESIDENTE PRUDENTE ABAIXO DOS 24 ANOS, POR FAIXA ETÁRIA E SEXO, 2000**



Fonte: IBGE, Censo 2000.

Organização: Thais Helena dos Santos, 2011.

Com base nas ilustrações, ao lermos os números da Tabela 1 e Gráfico 1, verifica-se a predominância do sexo masculino na maioria das faixas etárias assim

como no resultado total. A exceção se faz presente na classe que vai dos 18 aos 24 anos onde a maioria feminina fica evidenciada.

Podemos supor que tal característica possa se justificar por uma maior incidência de homens dessa faixa etária em dados que representam índices de violência, divulgados por órgãos de pesquisa ou mesmo veiculados na mídia em geral. Salienciamos, no entanto, que utilizamos esse recurso apenas para contextualizar uma possível interpretação para tal diferença, não cabendo a esse ensaio o aprofundamento de tais questões.

Os dados da Tabela 2 correspondem à parcela da população prudentina abaixo dos 24 anos. Além da faixa etária, a tabela destaca em sua disposição alguns bairros que, conforme mencionado pelo diretor da Fundação Mirim, são bairros que apresentam a maior frequência de jovens mirins ao longo da história da entidade.

**TABELA 2 – POPULAÇÃO PRUDENTINA ABAIXO DOS 24 ANOS, POR BAIRROS, 2000**

<b>Bairros</b>	<b>0 - 5 anos</b>	<b>6 - 10 anos</b>	<b>11 - 14 anos</b>	<b>15 - 17 anos</b>	<b>18 - 24 anos</b>	<b>Total</b>
Ana Jacinta	1.000	939	729	458	840	3.966
Brasil Novo	825	787	629	431	807	3.479
Cambuci	341	297	262	219	535	1.654
COHAB	2.019	1.782	1.562	1.265	2.926	9.554
Humberto Salvador	507	399	249	161	356	1.672
Itapura	1.387	1.141	1.092	829	2.161	6.610
Mario Amato	455	441	319	234	407	1.856
Morada do Sol	362	288	206	143	255	1.254
<b>Total</b>	<b>6.896</b>	<b>6.074</b>	<b>5.048</b>	<b>3.740</b>	<b>8.287</b>	<b>30.045</b>

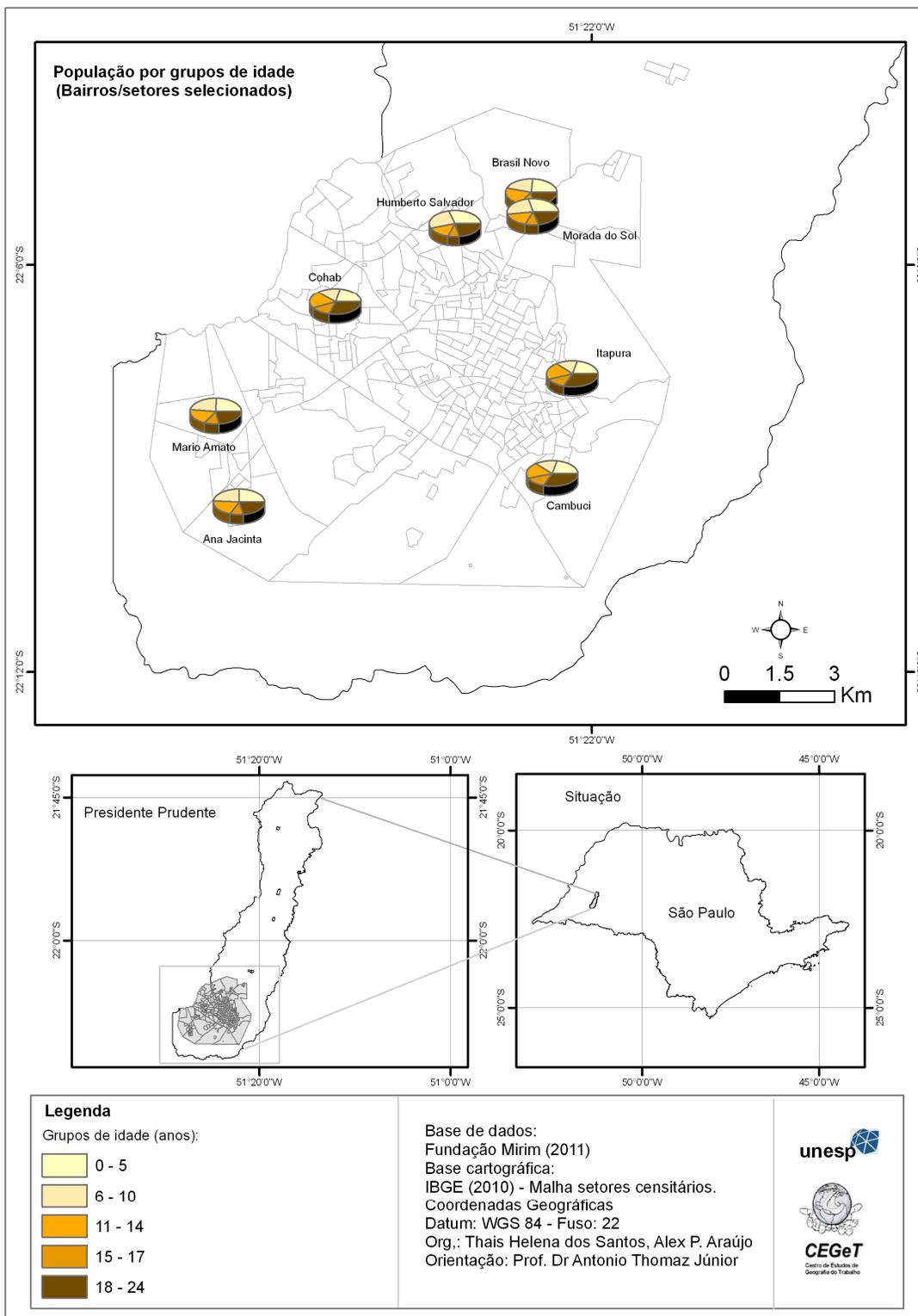
Fonte: IBGE, Censo 2000.

Organização: Thais Helena dos Santos, 2011.

Ao analisarmos os totais dos bairros, temos como resultado que o bairro da COHAB é o que detém a maior quantidade em todas as faixas discriminadas com um total de 9554 pessoas, desde crianças a jovens. Seguido pelos bairros Itapura e Ana Jacinta respectivamente com 6610 e 3966 pessoas com as mesmas características. Os demais bairros apresentam a seguinte disposição decrescente: Brasil Novo, Mario Amato, Humberto Salvador, Cambuci e Morada do Sol.

Outra característica evidenciada na Tabela 2 é que, no total das faixas etárias, a população dos 18 aos 24 anos é a faixa etária de maior expressão dentro do universo organizado.

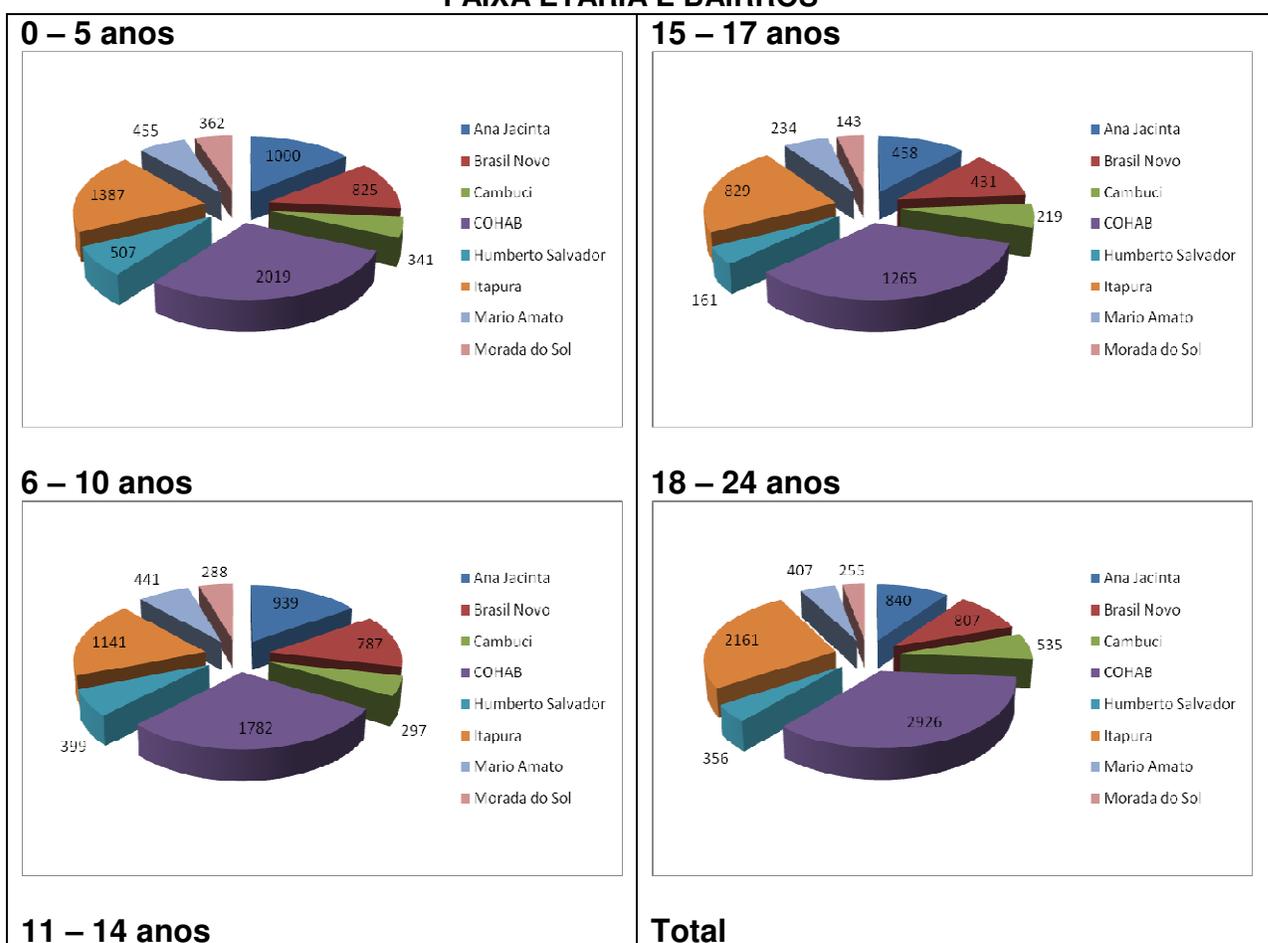
A visualização dessa informação de maneira proporcional e espacializada também pode ser conferida através da leitura do Mapa 1:

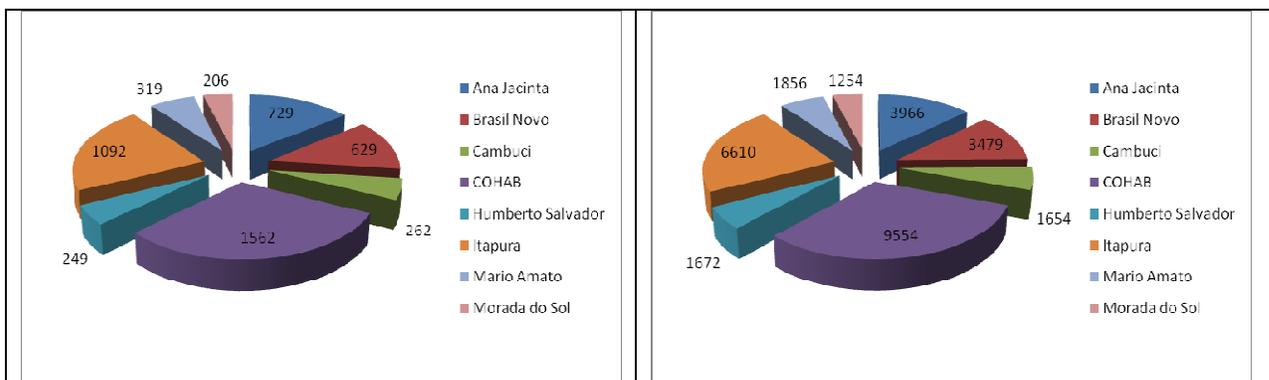


**Mapa 1. População por grupos de idade.**

Utilizando o recurso do fatiamento de círculos ou gráfico de pizza como é mais comumente denominado, fica evidenciado a proporcionalidade das informações contidas no Gráfico 2. Essa representação foi elaborada a partir da intersecção dos totais de jovens em cada faixa etária com os bairros elencados pela direção da entidade como localidades, durante todo o período de existência da Fundação, que mais se destacam em quantidade de aprendizes.

**GRÁFICO 2 – PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO PRUDENTINA ABAIXO DOS 24 ANOS, POR FAIXA ETÁRIA E BAIRROS**





Fonte: Censo, 2000; Fundação Mirim, 2011. Organização: Thais Helena dos Santos.

Com base nos gráficos, fica evidenciada uma maior incidência de jovens com menos de 24 anos nos bairros COHAB, Itapura e Ana Jacinta, localizados respectivamente nas direções noroeste, leste e sudoeste de Presidente Prudente. Mesmo que os demais bairros discriminados no gráfico tivessem seus valores agregados aos bairros destacados, segundo suas localizações, as direções geográficas citadas seriam as mesmas.

## 2.2. A ESCOLARIZAÇÃO DO JOVEM PRUDENTINO

Prosseguindo com a análise de indicadores, seguiremos com a representação de algumas características da escolaridade do jovem prudentino.

As ilustrações a seguir demonstram a alfabetização do grupo selecionado segundo o sexo e a faixa etária assim como a proporção de jovens com Ensino Médio completo e a população com mais de 25 anos e menos de oito anos de estudo, apresentada pelo Município de Presidente Prudente, o Estado de São Paulo e a Região de Governo de Presidente Prudente.

A quantidade de pessoas alfabetizadas<sup>5</sup>, segundo a faixa etária e o sexo, indica predominância do sexo masculino na faixa etária de seis a dez anos e na faixa etária dos quinze aos dezessete anos. Já a representação que varia dos onze aos catorze anos e, novamente, a faixa etária dos dezoito aos vinte e quatro anos apresentam maioria feminina. (Tabela 3).

<sup>5</sup>Como não demos conta de estudar a literatura pedagógica, nos pautamos na definição de alfabetização utilizada pelo IBGE (Censo, 2010) que é o de saber ler e escrever no idioma que conhece.

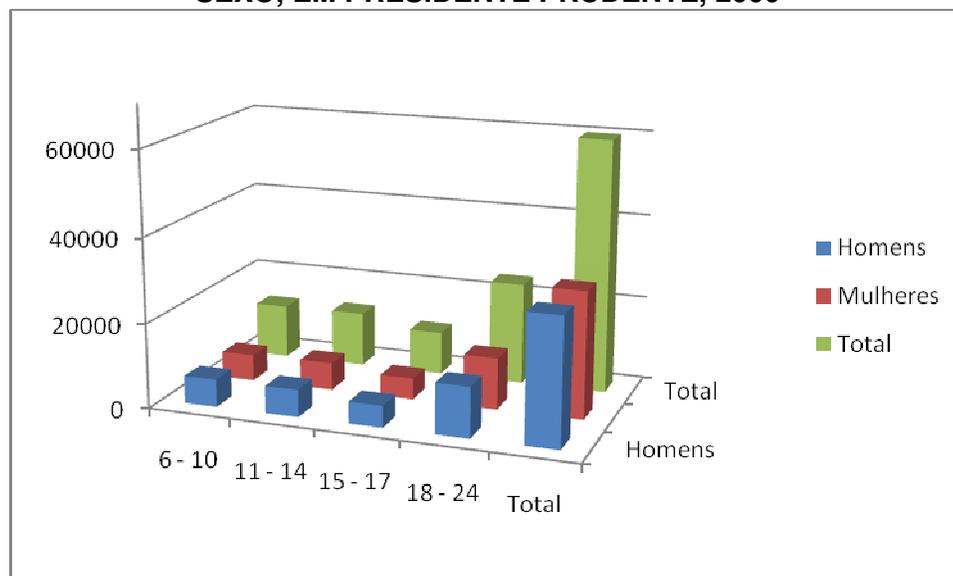
**TABELA 3 – ALFABETIZAÇÃO EM PRESIDENTE PRUDENTE, POR FAIXA ETÁRIA E SEXO, 2000**

Anos	Homens	Mulheres	Total
6 - 10	6.508	6.213	12.721
11 - 14	6.452	6.472	12.924
15 - 17	5.144	5.029	10.173
18 - 24	11.905	12.143	24.048
<b>Total</b>	<b>30.009</b>	<b>29.857</b>	<b>59.866</b>

Fonte: IBGE, Censo 2000. Organização: Thais Helena dos Santos, 2011.

Demonstra-se, portanto, que a distribuição desses jovens, quanto ao indicador de alfabetização, apresenta variações em sua distribuição tanto na Tabela 3 quanto no Gráfico 3.

**GRÁFICO 3 – DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS ALFABETIZADAS, POR FAIXA ETÁRIA E SEXO, EM PRESIDENTE PRUDENTE, 2000**



Fonte: IBGE, Censo 2000.  
Organização: Thais Helena dos Santos, 2011.

Cabe aqui lembrarmos que os dados reproduzidos neste capítulo foram retirados dos resultados do Censo 2000 com o intuito de subsidiar-nos na análise do objeto de estudo do trabalho. Portanto, não temos condições de explicar sobre os motivos das variações na alfabetização, uma vez que, não sabemos a causalidade dos resultados. Tal contraste pode ter mais de uma explicação como, por exemplo, uma diferença real na quantidade de pessoas por sexo e faixa etária ou a necessidade de interrupção dos estudos proporcionada por diferentes razões.

O fato é que, quando comparamos a Tabela 3 com a Tabela 1 – excluindo a faixa etária que varia do 0 aos 5 anos e utilizando as idades que deveriam cursar o ensino regular – verificamos que ao subtrairmos dos totais da população jovem de Prudente a quantidade de pessoas alfabetizadas explícita (Tabela 3), obteremos diferentes resultados indicando, infelizmente, uma defasagem no processo de escolarização desses sujeitos. Um dado em especial, apesar de não ser foco da nossa pesquisa, chamou nossa atenção. Trata-se da quantidade presente na leitura da faixa etária dos 6 aos 10 anos, superior a 2000 crianças não alfabetizadas. Espera-se que os atuais dados relativos à alfabetização desconstruam a realidade do início dos anos 2000. (Tabela 4).

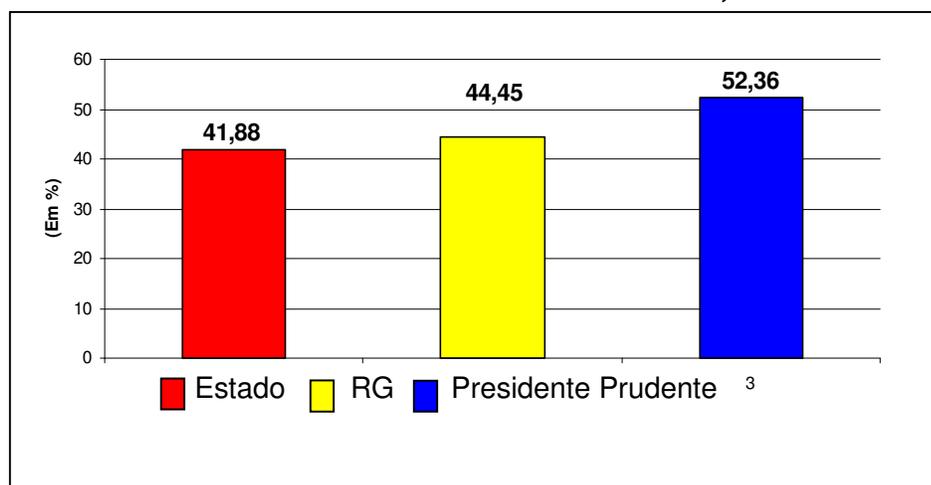
<b>Tabela 4 – Defasagem escolar, por faixa etária, Presidente Prudente, 2000</b>				
	Faixa etária (anos)			
	6 – 10	11 – 14	15 – 17	18 – 24
População jovem	15.138	13.057	10.252	24.316
Quantidade de alfabetização	12.721	12.924	10.173	24.048
<b>Total</b>	<b>2.417</b>	<b>133</b>	<b>79</b>	<b>268</b>

Fonte: IBGE, Censo 2000. Organização: Thais Helena dos Santos, 2011.

A quantidade de jovens prudentinos com o Ensino Médio completo, conforme demonstrado no Gráfico 4 foi igual a 52,36%. Comparando essa informação com a mesma faixa etária presente na Tabela 1, verifica-se que a maioria entre os jovens com esse nível de instrução é formada por mulheres. Esse (Gráfico 3) e demais gráficos ilustrativos que seguem no texto, demonstram os resultados de Presidente Prudente em seu âmbito municipal e também como Região de Governo – RG (organização espacial da administração estadual)<sup>6</sup> assim como os dados referentes ao Estado de São Paulo.

<sup>6</sup>Segundo a espacialização feita pelo Instituto Geográfico Cartográfico (IGC) em 2002, a Região de Governo de Presidente Prudente é composta por 32 municípios: Alfredo Marcondes, Álvares Machado, Anhumas, Caiabu, Caiuá, Emilianópolis, Estrela do Norte, Euclides da Cunha Paulista, Iepê, Indiana, João Ramalho, Marabá Paulista, Martinópolis, Mirante do Paranapanema, Nantes, Narandiba, Piquerobi, Pirapozinho, Presidente Bernardes, Presidente Epitácio, Presidente Prudente, Presidente Venceslau, Rancharia, Regente Feijó, Ribeirão dos Índios, Rosana, Sandovalina, Santo Anastácio, Santo Expedito, Taciba Tarabai, e Teodoro Sampaio.

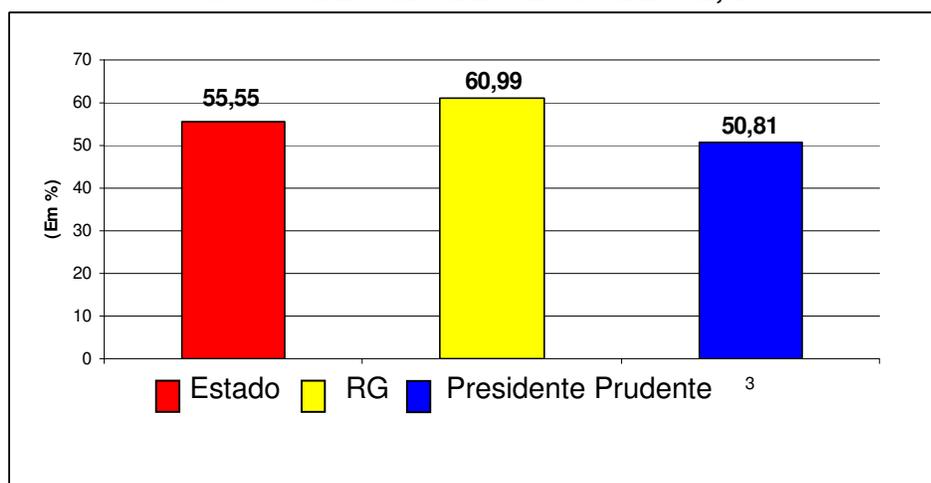
**GRÁFICO 4 – POPULAÇÃO DE 18 A 24 ANOS COM ENSINO MÉDIO COMPLETO - ESTADO DE SÃO PAULO, REGIÃO DE GOVERNO DE PRESIDENTE PRUDENTE E MUNICÍPIO DE PRESIDENTE PRUDENTE, 2000**



Fonte: Fundação SEADE (IBGE, Censo 2000).  
Organização: Thais Helena dos Santos, 2011.

Apesar de não explicitarmos tal grupo etário seguinte em nossa pesquisa, consideramos importante a divulgação da informação contida no Gráfico 5. Ao efetuarmos sua leitura, é possível notar a situação relativa a parte dos sujeitos com idade superior a 25 anos, reforçando um grave problema que perpassa a história da nossa educação, a evasão escolar.

**GRÁFICO 5 – POPULAÇÃO DE 25 ANOS E MAIS, COM MENOS DE 8 ANOS DE ESTUDO - ESTADO DE SÃO PAULO, REGIÃO DE GOVERNO DE PRESIDENTE PRUDENTE E MUNICÍPIO DE PRESIDENTE PRUDENTE, 2000**



Fonte: Fundação SEADE (IBGE, Censo 2000).  
Organização: Thais Helena dos Santos, 2011.

Salientamos ainda que, os números divulgados em cada uma das divisões político-administrativas seriam mais marcantes caso tivéssemos nos proposto a estudar o contingente populacional abrangido pela RG de Presidente Prudente. Mas, podemos inferir a partir de depoimentos de pessoas comuns ao nosso convívio e também através dos inúmeros trabalhos acerca desse problema, que a verificação dessa realidade é bem possível principalmente quando se busca uma razão para compreender os motivos da evasão e fica constatado que, na maioria dos casos, o encerramento dos estudos aconteceu em decorrência da necessidade de ingressarem no mundo do trabalho.

A partir dos dados publicizados, vislumbramos, de maneira geral, algumas características de escolarização dos jovens prudentinos no início do século XXI.

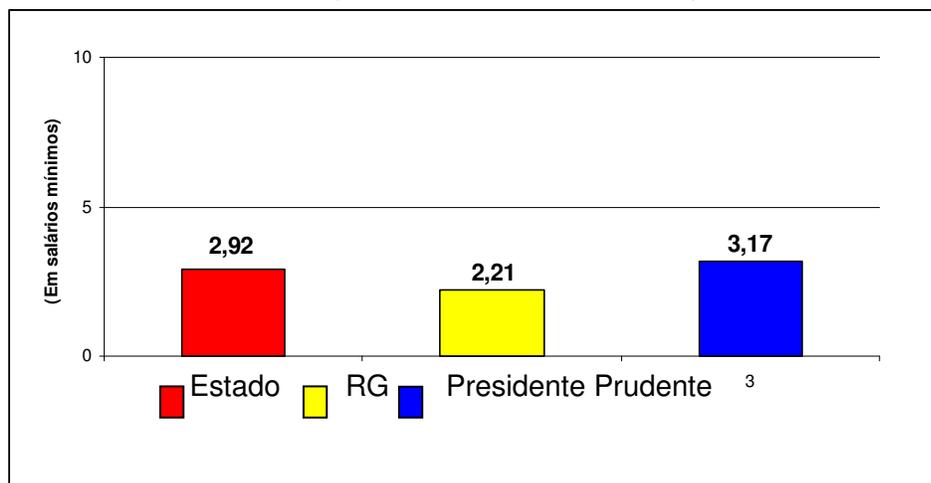
Verificaremos a seguir, algumas características da renda em Presidente Prudente quando comparadas a resultados do Estado de São Paulo e da Região de Governo a qual pertence.

### **2.3. CARACTERÍSTICAS DA RENDA *PER CAPITA* EM PRUDENTE: EXPRESSIVIDADE DOS SETORES DE COMÉRCIO E SERVIÇOS**

Explicitando neste trabalho um tema tão complexo como é o da desigualdade social, o fator da renda não poderia ficar sem abordagem.

Desta forma, com o intuito de representar a condição de renda do prudentino, organizamos algumas que retiramos do site da Fundação SEADE, baseados em pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, que comparam os resultados de Presidente Prudente com o Estado de São Paulo e da sua Região de Governo. (Gráfico 6).

**GRÁFICO 6 – COMPARAÇÃO DA RENDA *PER CAPITA* DO ESTADO DE SÃO PAULO, DA REGIÃO DE GOVERNO DE PRESIDENTE PRUDENTE E DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE PRUDENTE, EM SALÁRIOS MÍNIMOS, 2000**



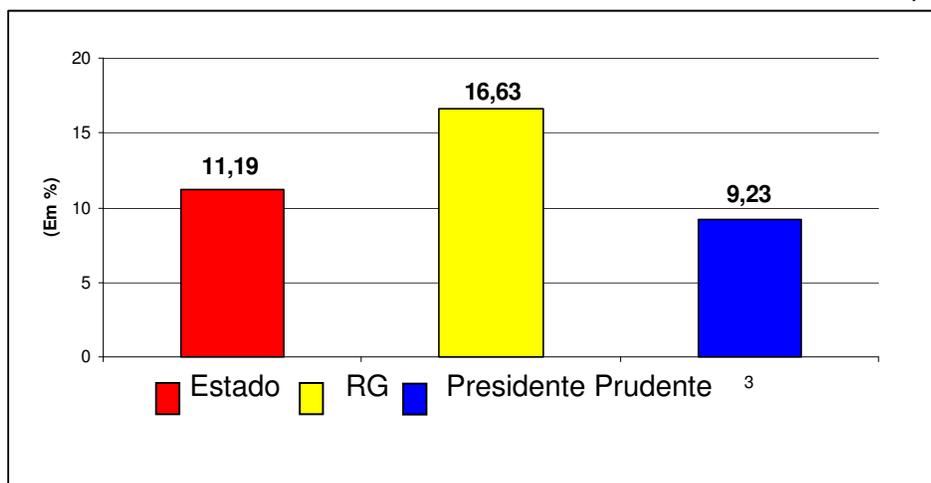
Fonte: Fundação SEADE (IBGE, Censo 2000).

Organização: Thais Helena dos Santos, 2011.

No ano de 2000, o salário mínimo estava fixado em R\$151,00. De acordo com a informação do Gráfico 6, Presidente Prudente aparece em destaque, com a estimativa aproximada de três salários mínimos por pessoa.

Ao analisarmos a parcela de domicílios que se mantém com 50% do salário mínimo, verificamos que quase dez por cento da população prudentina subsistia com algo em torno R\$75,50 por pessoa. Esse cenário fica demonstrado através do Gráfico 7.

**GRÁFICO 7 – COMPARAÇÃO PERCENTUAL DE DOMICÍLIOS COM RENDA *PER CAPITA* ATÉ MEIO SALÁRIO MÍNIMO - ESTADO DE SÃO PAULO, REGIÃO DE GOVERNO DE PRESIDENTE PRUDENTE E MUNICÍPIO DE PRESIDENTE PRUDENTE, 2000**

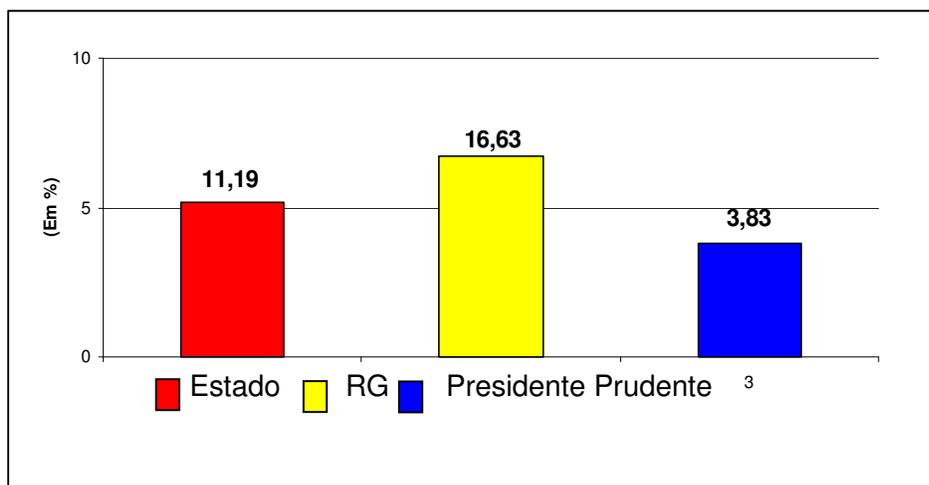


Fonte: Fundação SEADE (IBGE, Censo 2000).

Organização: Thais Helena dos Santos, 2011.

Situação que se agrava na ilustração do Gráfico 8. Nela fica representada a parcela de domicílios que se mantém com 25% do salário mínimo:

**GRÁFICO 8 – COMPARAÇÃO PERCENTUAL DE DOMICÍLIOS COM RENDA *PER CAPITA* ATÉ UM QUARTO DE SALÁRIO MÍNIMO - ESTADO DE SÃO PAULO, REGIÃO DE GOVERNO DE PRESIDENTE PRUDENTE E MUNICÍPIO DE PRESIDENTE PRUDENTE, 2000**



Fonte: Fundação SEADE (IBGE, Censo 2000).

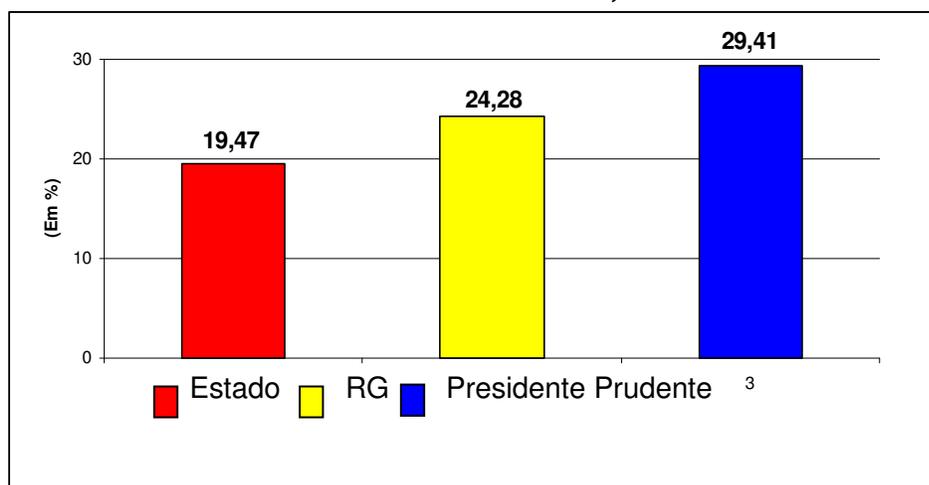
Organização: Thais Helena dos Santos, 2011.

Conforme estimativa feita por este Censo, cada domicílio de Prudente era habitado em média por três pessoas. Se traduzirmos essa representação domiciliar em números inteiros, se chega a algo em torno de 2415 pessoas sobrevivendo com aproximadamente R\$37,75 *per capita*.

Segue agora uma análise mais geral da economia prudentina que, por sua vez, é a geradora das situações de renda explicitadas anteriormente. Entre as áreas que mantêm sua funcionalidade, os setores do comércio e serviços se destacam nos percentuais de contribuição. A soma dos dois perfaz no ano passado aproximadamente setenta e quatro por cento do seu total econômico do município.

No ano de 2010 o setor de comércio em Presidente Prudente representou 29,41% do total da economia. Esse percentual se destaca quando o resultado municipal é comparado aos resultados do Estado e da Região de Governo. (Gráfico 9).

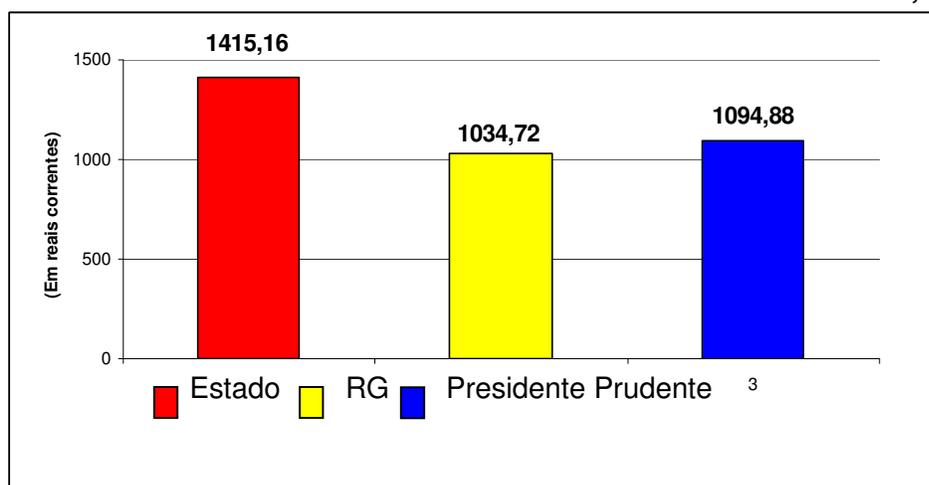
**GRÁFICO 9 – PARTICIPAÇÃO DO SETOR DE COMÉRCIO NA ECONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO, REGIÃO DE GOVERNO DE PRESIDENTE PRUDENTE E MUNICÍPIO DE PRESIDENTE PRUDENTE, 2010**



Fonte: Fundação SEADE (MTE, Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, 2010).  
Organização: Thais Helena dos Santos, 2011.

Mas, apesar disso, o valor do rendimento médio prudentino correspondente ao percentual de participação do setor, difere bem pouco do número relacionado para a RG, tendo o primeiro um rendimento de R\$1094,88 e o segundo R\$1034,72. Nessa mesma ilustração, constata-se que o Estado ao mesmo tempo em que apresenta o menor percentual em vínculos empregatícios, divulga o maior rendimento médio em reais. (Gráfico 10).

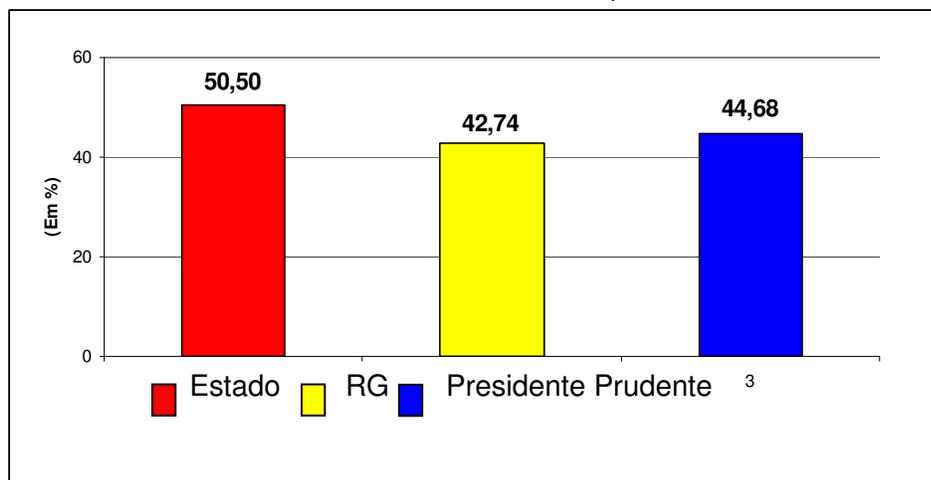
**GRÁFICO 10 – RENDIMENTO MÉDIO DO TRABALHADOR DO SETOR DE COMÉRCIO - COMPARAÇÃO ENTRE ESTADO DE SÃO PAULO, REGIÃO DE GOVERNO DE PRESIDENTE PRUDENTE E MUNICÍPIO DE PRESIDENTE PRUDENTE, 2010**



Fonte: Fundação SEADE (MTE, Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, 2010).  
Organização: Thais Helena dos Santos, 2011.

A área de serviços foi o setor com maior representação na economia prudentina, comportando o equivalente a 44,68% economia municipal, ficando abaixo resultado estadual, mas, acima da porcentagem que representa a RG – Gráfico 11.

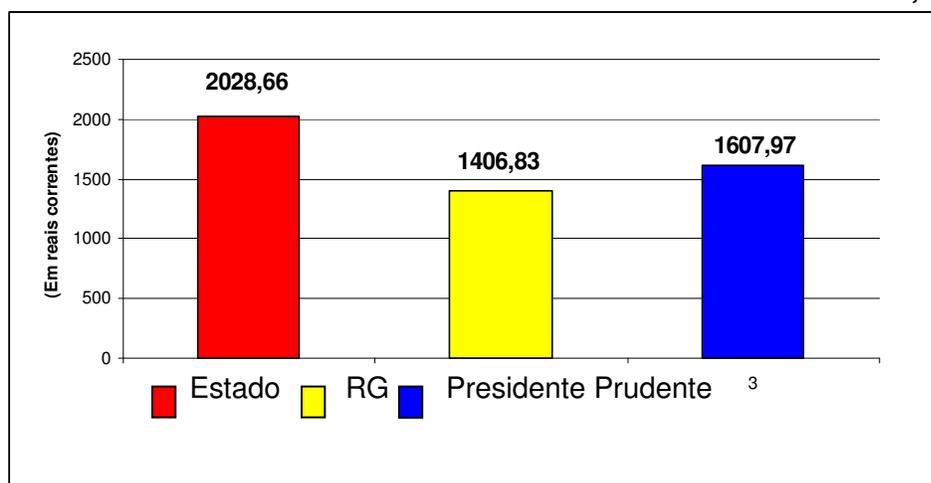
**GRÁFICO 11 – PARTICIPAÇÃO DO SETOR DE SERVIÇOS NA ECONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO, REGIÃO DE GOVERNO DE PRESIDENTE PRUDENTE E MUNICÍPIO DE PRESIDENTE PRUDENTE, 2010**



Fonte: Fundação SEADE (MTE, Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, 2010).  
Organização: Thais Helena dos Santos, 2011.

Com relação ao rendimento médio do setor de serviços, Presidente Prudente apresenta um valor em reais superior ao da RG e inferior ao resultado estadual, conforme visualização do Gráfico 12:

**GRÁFICO 12 – RENDIMENTO MÉDIO DO TRABALHADOR DO SETOR DE SERVIÇOS - COMPARAÇÃO ENTRE ESTADO DE SÃO PAULO, REGIÃO DE GOVERNO DE PRESIDENTE PRUDENTE E MUNICÍPIO DE PRESIDENTE PRUDENTE, 2010**



Fonte: Fundação SEADE (MTE, Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, 2010).  
Organização: Thais Helena dos Santos, 2011.

A leitura dos indicadores de renda e a representação dos setores de maior expressão na atualidade econômica das localidades explicitadas assim como as características de população e escolaridade que foram abordadas nesse capítulo funcionaram como instrumentos auxiliares à compreensão do objeto de estudo, o jovem aprendiz.

De outra maneira, sendo o perfil do jovem que participa da aprendizagem na Fundação Mirim caracterizado pelo grande contingente populacional descrito, contemplando a escolaridade que geralmente é requerida às funções exercidas por esses setores e, ainda, estarem envolvidos pela dinâmica que destaca a participação das áreas de comércio e serviços, não é de se estranhar que se engajem nesse modelo de formação de força de trabalho.

Seguimos, portanto, conhecendo a organização da entidade, o processo de formação da força de trabalho e a inserção desses jovens em atividades laborais em Presidente Prudente.

### **CAPÍTULO 3. FUNDAÇÃO MIRIM, APRENDIZAGEM E SETORES BENEFICIADOS: DO PROCESSO DE *CUNHAGEM* AO APROVEITAMENTO DA FORÇA DE TRABALHO**

#### **3.1. A ORGANIZAÇÃO DA FUNDAÇÃO MIRIM**

A Fundação Mirim é uma entidade com mais de 50 anos de existência na cidade de Presidente Prudente e tem como objetivo principal a formação da força de trabalho específica do público jovem, com idades que variam dos 15 aos 18 anos. É também a mediadora na inserção dos aprendizes no mercado de trabalho prudentino<sup>7</sup>. Localmente, a Fundação Mirim é uma das entidades cuja função é promover a aprendizagem e mediar a inserção da força de trabalho jovem junto às empresas instaladas em seu território.

Para participarem dos cursos, os jovens comparecem à entidade, efetuam suas inscrições e participam de uma seleção feita em etapas. Primeiramente passam

---

<sup>7</sup>Seguem no Anexo 1 algumas fotografias da Fundação Mirim.

por uma redação e prova com 25 questões de múltipla escolha baseada em algumas disciplinas do Ensino Básico como, por exemplo, Matemática, Português, Ciências etc. Em seguida, participam de dinâmicas de grupo com os demais jovens aprovados na etapa anterior. Nesse momento, são apresentados a eles a Missão e o Compromisso com a Fundação Mirim! Após isso, os ingressantes e seus responsáveis passam por uma entrevista psicossocial. E, finalizando o processo seletivo, e, com o intuito de se comprovar as situações sócio-econômicas declaradas nas entrevistas, os profissionais da assistência social da Fundação fazem uma visita residencial aos jovens e seus familiares. Feito todo esse processo, é divulgada a lista final de ingressantes<sup>8</sup>.

Anualmente a Fundação Mirim abre, em média, 300 vagas de ingresso. Mas, esse número pode aumentar já que essa oferta é divulgada após a quantidade de jovens requeridos por seus “parceiros”, que são, conforme mencionado pela direção da entidade, redes de supermercados, lojas, escritórios, laboratórios e até mesmo uma construtora multinacional, como número necessário para o preenchimento das vagas de trabalho. Em outras palavras, é somente após a rodada de negociações na qual o empresariado prudentino define o cenário para utilização da força de trabalho do jovem, que a entidade inicia o processo de seleção.

De acordo com o que nos foi dito pelo responsável da entidade, no ano de 2010 – primeira entrevista com a direção da Fundação Mirim – o número de ingressantes foi igual a trezentos. Esse montante foi dividido em 12 turmas de 25 mirins cada, organizadas nos períodos das 08:00 às 12:00 ou das 13:00 às 17:00 horas. Também nos foi informado que essa carga horária é estruturada de forma variável. Explicando, os jovens podem cursar os conteúdos teóricos de segunda à sexta-feira; segunda a sábado; quinta e sexta-feira ou terça e quarta-feira. O motivo de utilização desse cronograma foi justificado pela necessidade de se atrelar a prática à teoria. Logo, quando o mirim iniciar sua atividade laboral essa adequação será necessária, pois, mesmo exercendo alguma ocupação o jovem terá de cumprir o conteúdo teórico.

---

<sup>8</sup>Importante lembrar que a maneira que esses jovens ingressam na entidade assemelha-se com os processos pelos quais os trabalhadores em busca de emprego são submetidos. A competitividade é enfatizada e acirrada enquanto uma característica que enaltecerá o sujeito que pleiteia a vaga.

### 3.2. CARACTERÍSTICAS DO JOVEM MIRIM

Em nova visita à Fundação Mirim, em agosto de 2011, continuamos nossa conversa, agora com o novo diretor, perguntando-lhe sobre a origem de residência dos jovens que fazem cursos na entidade. Obtivemos como resposta que recebem jovens de várias localidades: bairros de Prudente; os distritos do município e até mesmo de Álvares Machado<sup>9</sup>. Majoritariamente, os aprendizes são moradores de bairros periféricos do território político-administrativo prudentino, caracterizados economicamente como bairros de população de baixa renda, abordados nas representações do capítulo anterior.

Em consonância a informações anteriormente explicitadas, quando questionamos a direção sobre a origem dos jovens que frequentam a Fundação Mirim, Ana Jacinta, Brasil Novo, Cambuci, Conjunto Residencial Mario Amato, COHAB, Humberto Salvador, Itapura e Morada do Sol foram os primeiros bairros que vieram à mente e foram citados pela direção<sup>10</sup> (Tabela 5).

**TABELA 5 – RELAÇÃO DOS JOVENS QUE FREQUENTAM A FUNDAÇÃO MIRIM, POR BAIRRO, PARCIAL 2011**

<b>BAIRROS</b>	<b>QUANTIDADE</b>
Ana Jacinta	25
Brasil Novo	19
Cambuci	6
COHAB	7
Humberto Salvador	13
Itapura	24
Mario Amato	17
Morada do Sol	9
<b>TOTAL</b>	<b>120</b>

Fonte: Fundação Mirim, 2011  
Organização: Thais Helena dos Santos, 2011

Verifica-se que a maioria dos jovens é oriunda do Ana Jacinta, deixando em segundo lugar o bairro Itapura. Brasil Novo, Mário Amato e Humberto Salvador são as

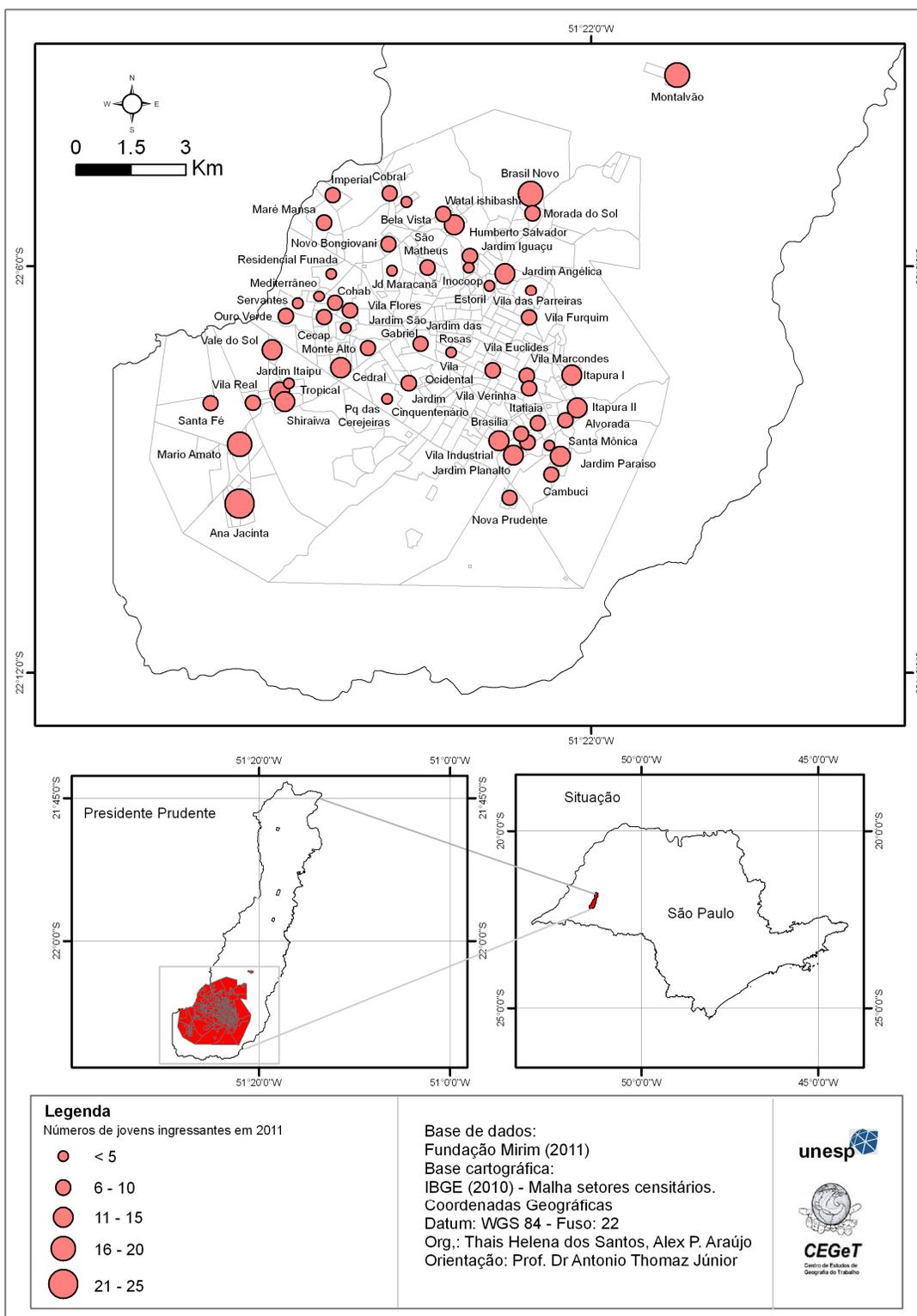
<sup>9</sup>Estas informações seguem no Anexo 2 deste trabalho

<sup>10</sup>Conferir os dados do Anexo 2.

localidades que seguem respectiva e decrescentemente na quantidade de jovens que participam da Fundação Mirim.

Importante salientarmos que os números da Tabela 5 não seguem a tendência do Gráfico 2 que abordou a proporção da população prudentina abaixo dos 24 anos, por faixa etária e bairros. Nessa situação, o bairro da COHAB apesar de ser o local de maior população, com 4191 jovens com idades entre 15 e 24 anos, ocupa o penúltimo lugar na quantidade de jovens aprendizes.

Almejando melhorar a leitura das informações, apesar da representação topológica da realidade, elaboramos um mapa para auxiliar na visualização das localizações dos bairros referentes as quantidades dos jovens aprendizes frequentadores da Fundação Mirim no ano de 2011. (Mapa 2).



**Mapa 2. Número de jovens ingressantes em 2011 na Fundação Mirim**

As informações narradas anteriormente ficam evidenciadas, permitindo ainda, a acuidade da nossa leitura para demais dados espacializados não referidos anteriormente (Tabela 5) e que em decorrência da utilização da malha cartográfica completa, tornaram-se visualizáveis. Em outras palavras, além de toda abrangência dos bairros de Prudente, temos a representação do distrito de Montalvão entre locais provedores de jovens que frequentam a Fundação Mirim<sup>11</sup>.

Além da quantidade e local de moradia, a Fundação também nos propiciou um documento de acompanhamento no qual estão contidos os totais de jovens até agosto de 2011, o sexo e a situação em que se encontram. De posse desse documento, organizamos a Tabela 6 que segue:

<b>TABELA 6 – ACOMPANHAMENTO DOS APRENDIZES, PARCIAL 2011</b>						
<b>Descrição</b>	<b>Março</b>	<b>Abril</b>	<b>Maió</b>	<b>Junho</b>	<b>Julho</b>	<b>Agosto</b>
<b>Feminino</b>						
Mirins em aprendizagem teórica	155	138	133	130	93	83
Mirins disponíveis para aprendizagem prática	5	9	15	12	30	10
Mirins em aprendizagem prática	98	107	110	103	96	107
Mirins em encerramento de contrato	7	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>265</b>	<b>254</b>	<b>258</b>	<b>245</b>	<b>219</b>	<b>200</b>
<b>Masculino</b>						
Mirins em aprendizagem teórica	108	89	83	81	48	43
Mirins disponíveis para aprendizagem prática	2	17	8	2	14	9
Mirins em aprendizagem prática	101	103	111	109	108	111
Mirins em encerramento de contrato	1	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>212</b>	<b>209</b>	<b>202</b>	<b>192</b>	<b>170</b>	<b>163</b>
<b>Geral</b>						
Mirins em aprendizagem teórica	263	227	216	211	141	126
Mirins disponíveis para aprendizagem prática	7	26	23	14	44	19
Mirins em aprendizagem prática	199	210	221	212	204	218
Mirins em encerramento de contrato	8	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>477</b>	<b>463</b>	<b>460</b>	<b>437</b>	<b>389</b>	<b>363</b>

Fonte: Fundação Mirim, 2011

Organização: Thais Helena dos Santos, 2011

<sup>11</sup>Verificar dados do Anexo 2.

A variabilidade dos números da tabela anterior ocorre porque os jovens cumprem as etapas do curso à medida que suas idades se enquadram com a lógica da entidade. Em outras palavras, a Fundação pode comportar, em certo momento, mais jovens com 15 anos – neste caso as meninas – e que ainda não podem trabalhar porque ainda não cursaram a teoria considerada suficiente e nem completaram 16 anos para exercerem atividades laborais. Outras justificativas possíveis à alteração dos números são a desistência do curso por parte dos jovens ou a presença de uma maior parcela de jovens com 16 ou mais e poucos jovens com 15 anos (meninos).

O significado para a divisão dos mirins remete ao enquadramento desses jovens de acordo com a idade que tenham completado. Apreendemos das conversas junto ao diretor que todos os jovens ingressantes tem que cumprir os conteúdos teóricos que compõem a grade do curso como, por exemplo, marketing, recursos humanos, empreendedorismo etc. E, como geralmente esses jovens têm entre 15 e 16 anos, essa é a faixa etária explicitada como “em aprendizagem teórica”. Com 16 anos completos os jovens são colocados à disposição para prática e no limiar dos 16 para completar 17 anos, ingressam de fato na aprendizagem prática, atividades laborais, encerrando seu contrato quando completam 18 anos. Cabe aqui lembrarmos sobre a não-responsabilidade de contratação desses jovens quando concluem sua maioridade civil, corroborada pela federação, por parte dos donos dos locais de trabalho nos quais trabalharam.

### **3.3. O STÁTUS DA FUNDAÇÃO MIRIM E SUA PRÁTICA**

São inúmeras as publicações atinentes à temática do trabalho. Mas, geralmente, os debates produzidos acerca das condições de trabalho, da alienação e estranhamento dos sujeitos em suas funções laborais etc., afinam suas discussões na questão do trabalhador adulto.

Entretanto, faz-se também urgente um foco para outras maneiras de exploração de força de trabalho e, entre essas, se encontra a temática do trabalhador em regime de aprendizagem.

Em contato com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), verificamos que a aprendizagem é a formação técnico-profissional ministrada ao adolescente ou

jovem segundo as diretrizes e bases da legislação de educação em vigor, implementada por meio de um contrato de aprendizagem. Com relação à definição de contrato de aprendizagem temos a seguinte exposição:

É um contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e de prazo determinado, com duração máxima, em regra, de dois anos. O empregador se compromete, nesse contrato, a assegurar ao adolescente/jovem com idade entre 14 e 24 anos (não se aplica o limite de 24 anos para o jovem com deficiência), inscrito em programa de aprendizagem, uma formação técnico-profissional metódica, compatível com seu desenvolvimento físico, moral e psicológico. O aprendiz, por sua vez, se compromete a executar, com zelo e diligência, as tarefas necessárias a essa formação (art. 428 da CLT). O programa de aprendizagem será desenvolvido por entidade qualificada para esse fim. O contrato deverá conter, expressamente, o curso, a jornada diária e semanal, a definição da quantidade de horas teóricas e práticas, a remuneração mensal e o termo inicial e final do contrato, que devem coincidir com o início e término do curso de aprendizagem, previsto no respectivo programa (MANUAL DA APRENDIZAGEM, 2009, 13).

Este é um enquadramento legitimado pelo governo brasileiro e que permite que menores acima dos 14 anos possam exercer determinadas atividades laborais.

Existem instituições muito antigas, com reconhecimento direto para atuar nesse tipo de programa e que foram criadas, entre outros propósitos, objetivando o treinamento da força de trabalho jovem. Neste grupo estão presentes as escolas nacionais do dito sistema "S" como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), o Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT) e o Serviço Nacional de Cooperativismo (SESCOOP). O trecho a seguir nos ajudará a conhecer melhor um pouco da gênese da política de criação e manutenção de algumas dessas escolas de ensino técnico e de aprendizagem sob vínculo federal:

O atendimento à demanda da economia por mão-de-obra qualificada só vai surgir como preocupação objetiva na década de 40, quando a Lei Orgânica do Ensino Industrial cria as bases para a organização de um "sistema de ensino profissional para a indústria", articulando e organizando o funcionamento das escolas de aprendizes artífices (1942); é criado o SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (1942) e o SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (1946), resultantes do estímulo do Governo Federal à institucionalização de um sistema nacional de aprendizagem custeado pelas empresas para atender às suas próprias necessidades.

Essas escolas se caracterizaram por uma proposta curricular eminentemente prática, onde as preocupações com a formação teórica

raramente apareciam em contrapartida às poucas escolas técnicas que foram criadas junto a escolas de engenharia na década de 30.

A partir de 1942, com a Lei Orgânica, todas as escolas criadas em 1909 passam a oferecer cursos técnicos, além dos cursos industriais básicos e dos cursos de aprendizagem. Essa Lei estabelece equivalência parcial com o sistema regular de ensino, permitindo aos concluintes dos cursos técnicos ingressarem em cursos superiores "relacionados".

Até essa época, portanto, verifica-se que a educação para o trabalho é atribuição específica de um sistema federal de ensino técnico, complementado por um sistema privado de formação profissional para a indústria e para o comércio, através do SENAI e do SENAC. Ambos se desenvolvem paralelamente ao sistema regular de ensino, articulando-se a este através de um mecanismo relativo e de execução duvidosa, representado pela "continuidade em cursos relacionados", só tardiamente definidos (1953) (KUENZER, 1991, p. 7).

Verificamos que o mesmo Manual aborda, de maneira geral, algumas das situações nas quais os municípios e as entidades situadas em seu território necessitam apresentar para poderem oferecer a prática da aprendizagem.

Ao longo do tempo, as escolas do "sistema s" ficaram insuficientes para atender a demanda de jovens em busca desses cursos. Com esses ambientes não oferecendo cursos ou números de vagas que atendessem o público da localidade onde estivessem situados, foi permitido que outras entidades, cujo objetivo fosse a capacitação por meio da aprendizagem, se instalassem no mesmo território.

Estas, por sua vez, tinham que demonstrar sua especialização em formação técnico-profissional como, por exemplo, as Escolas Técnicas de Educação, inclusive as agrotécnicas e até mesmo as instituições denominadas como Entidades sem Fins Lucrativos, com um objetivo de propiciar a assistência ao adolescente e a educação profissional e que registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA). (Manual da Aprendizagem, 2009).

Analisando os resultados acumulados historicamente, é possível se verificar a partir de alternativas como esta, da formação para o trabalho, a manutenção da desigualdade social mediada de dentro do sistema educativo. Em outras palavras,

O que caracteriza, portanto, a relação entre educação e trabalho até esse período é a inexistência de articulação entre o mundo da "educação", que deve desenvolver as capacidades intelectuais independentemente das necessidades do sistema produtivo, e o mundo do trabalho, que exige o domínio de funções operacionais que são ensinadas em cursos específicos, de formação profissional. Esta

desarticulação se explica pelo caráter de classe do sistema educativo, uma vez que a distribuição dos alunos pelos diferentes ramos e modalidades de formação se faz a partir de sua origem de classe. Em resumo, permanece a mesma situação existente no início do século, quando da criação dos cursos profissionais: educação para a burguesia e formação profissional para o povo (KUENZER, 1991, p. 8 e 9).

Em contraponto à compreensão anterior, existe o entendimento de que, de certa forma, a aprendizagem profissional pode ser uma boa alternativa tanto para os jovens quanto para a economia, pois, ao mesmo tempo em que esses sujeitos estão se preparando, prolongam sua entrada no mundo do trabalho, protelando um possível aumento nas taxas de desemprego. Essa tese se faz presente no seguinte excerto:

Por outro lado, todos os indicadores disponíveis têm evidenciado uma forte “pressão” dos jovens na procura por ocupação, denotando que, se eles estivessem apenas se dedicando às atividades de escolarização e aprendizagem profissional, as taxas de desemprego cairiam substancialmente uma vez que seu ingresso na força de trabalho seria adiado. E, além disso, estariam adquirindo melhor preparo educacional e profissional, requisitos indispensáveis para que pudessem enfrentar com maiores chances de êxito os desafios e obstáculos colocados por um mercado de trabalho cada vez mais excludente e competitivo (BRANCO, 2008, p. 131).

A explanação feita por Branco (2008) insere ao debate a dualidade presente no discurso da aprendizagem. De um lado temos o enaltecimento de uma alternativa, uma ideia que é proposta aos jovens ingressantes nesse processo cujos são, sobremaneira, originários das famílias de trabalhadores já explorados pelo modo de produção em vigor e que, por não encontrarem outra opção de formação, aceitam o formato desse modelo de treinamento de habilidades.

Por outro lado, temos o crescente favorecimento do empresariado que, de um modo geral, prima pela conformidade entre as qualificações oferecidas nos cursos dessas entidades de aprendizagem com as ocupações que dispõem em seu quadro de vagas. Dessa forma, conseguem garantir a exploração da força de trabalho e também seu lucro.

Portanto, a Fundação Mirim de Presidente Prudente é uma entidade que detém a função de capacitação da força de trabalho do jovem. Podendo ainda se dizer que nesses mais de cinquenta anos de atuação, de certa forma, se tornou uma espécie de “agenciadora” da força de trabalho de parcela dos jovens prudentinos.

Com base em pesquisas no *site* do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) assim como na página da Rede Criança Prudente – uma articulação de setores da sociedade civil e do poder público prudentinos com o intuito de verificar, organizar e atuar nas demandas de crianças e adolescente que se encontram principalmente em situação de exclusão e risco social no município – constatou-se que, em decorrência da busca de entidades reconhecidas pelo município, a Fundação Mirim não está relacionada no primeiro órgão assim como também não foi verificada na segunda representação, nem como organização não-governamental, nem como instituição parceira. Entretanto, se tomarmos como referência apenas a conversa feita com o diretor da entidade e considerando seu longo período de existência, subtemos que a Fundação Mirim possui enquadramento legal para funcionar.

Apesar de não especificarmos entrevistas enquanto um recurso preponderante da metodologia do trabalho, conversamos com, além do diretor da Fundação, dois jovens mirins e outros dois que foram aprendizes perguntando a eles por qual motivo fazem o curso<sup>12</sup>. Pudemos apreender a partir de suas respostas, certa polêmica. Obtivemos o retorno de que lá estão porque almejam, “um ingresso com qualidade no mercado de trabalho” e também o entendimento de que, através da remuneração, conseguirão satisfazer suas vontades de consumo. Quando indagados sobre o que mais gostam na Fundação, demonstram grande satisfação quando explanam sobre a estrutura da entidade e os serviços de alimentação e entretenimento que lhes são oferecidos, no entanto, promovem certa crítica quando a análise proposta se refere às oportunidades de trabalho nas quais são direcionados.

Detalhando o exposto, os jovens freqüentam a entidade no período da manhã ou à tarde e podem almoçar em seu refeitório. Neste mesmo local, podem escolher o estilo musical que será tocado na rádio da entidade e também jogar partidas de tênis de mesa ou no pebolim. Mas, infelizmente quando é chegado o tão esperado momento de suas iniciações no mercado de trabalho, ocorre o momento frustrante. Os jovens verificam que o conteúdo que aprenderam no curso pouca ou nenhuma serventia tem na prática.

---

<sup>12</sup>O conteúdo da entrevista segue no Anexo 4.

Ao contrário do que nos foi dito pela diretoria da Fundação, a maioria dos jovens não atuam de acordo com a qualificação que recebem. A abundância de vagas para esse público concentra-se sim no setor de serviços, mas, não no ramo no qual recebem instrução, ou seja, o de recursos humanos. São as grandes e pequenas redes de supermercados presentes em Presidente Prudente que absorvem essa força de trabalho. Nesses locais, os jovens, se meninos, trabalham como empacotadores, carregadores etc, e, se meninas, exercem a função de balconistas, atendentes etc, ou seja, funções que não necessitam dos conteúdos teóricos abordados na estrutura curricular da sua capacitação.

Dessa maneira, é possível se verificar na prática da Fundação Mirim uma característica muito latente ao modo de produção capitalista, ou seja, a exploração da força de trabalho em detrimento do sujeito que a dispensa.

Entre outras explicações, essa problemática se faz presente em conseqüência à desigualdade no direito ao acesso a uma educação universal e preocupada com o conhecimento e formação do ser social e não apenas a formadora de força de trabalho. O excerto a seguir complementa a tese aqui descrita:

O que caracteriza, portanto, a relação entre educação e trabalho (...) é a inexistência de articulação entre o mundo da "educação", que deve desenvolver as capacidades intelectuais independentemente das necessidades do sistema produtivo, e o mundo do trabalho, que exige o domínio de funções operacionais que são ensinadas em cursos específicos, de formação profissional. Esta desarticulação se explica pelo caráter de classe do sistema educativo, uma vez que a distribuição dos alunos pelos diferentes ramos e modalidades de formação se faz a partir de sua origem de classe. Em resumo, permanece a mesma situação existente no início do século [XX], quando da criação dos cursos profissionais: educação para a burguesia e formação profissional para o povo (KUENZER, 1991, p. 8-9, grifo nosso).

Analisemos doravante o viés prático dessa mediação promovida pela entidade, ou seja, o enquadramento desses jovens nas atividades desse tipo de trabalho existentes em Presidente Prudente.

Verifica-se que a utilização da força de trabalho do jovem mirim beneficia o patronado prudentino sobremaneira<sup>13</sup>, pois, o aprendiz em diversas vezes, mesmo

---

<sup>13</sup>Propaganda que pode ser verificada no panfleto da Fundação Mirim que segue como Anexo 3 desse trabalho.

respeitando as exigências descritas no Manual da Aprendizagem, exerce a função laboral de um trabalhador adulto, só que sua remuneração é bem inferior – um salário mínimo.

Desta forma, fica constatado que o Brasil, por meio do Manual da Aprendizagem organizado pelo Ministério do Trabalho e Emprego – MTE admite e estimula a contratação do trabalho do menor trabalhador.

Isto também é possível de ser verificado a partir de uma rápida navegação na página virtual do próprio Ministério. Lá estão disponibilizadas diversas publicações assim como *links* atinentes a essa questão como o “Observatório do Mercado de Trabalho Nacional do MTE”. Nesta frente de atuação o governo divulga dados referentes às metas que estipulam para cada setor de emprego, entre eles o número de aprendizes que se espera capacitar em determinado período. O incentivo é tamanho que temos no “Boletim Mensal de Indicadores do Mercado de Trabalho - Resumo dos Contratos de Aprendizagem Nº. 02” de fevereiro de 2011, a comemoração de que a contratação por aprendizagem é um recorde quando comparado ao mesmo mês em 2010 e que significa 6% do saldo de empregos formais até o momento da publicação!

Nesse sentido, é notável a intervenção do Estado que em decorrência da preocupação em figurar entre os mais variados indicadores da economia mundial, incentivam sobremaneira<sup>14</sup> a capacitação dos nossos jovens, garantindo a disponibilidade desse tipo de força de trabalho a quem interessar possa.

Através de tal atuação, fica também evidenciada a influência que a parcela dominante da sociedade promove, através dos detentores dos meios de produção, nesse caso o empresariado prudentino, fazendo com que o exercício do poder que o Estado detém, opere conforme os benefícios que vislumbram para si, subjugando a classe trabalhadora em condições precárias de trabalho e, em alguns casos, degradantes.

---

<sup>14</sup>Verificar propaganda no Anexo 3.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É no bojo do processo da reestruturação produtiva do capital que podemos compreender as condições de trabalho vigentes na atualidade.

A peculiaridade das estratégias dos setores dominantes do capital ao mesmo tempo em que promove sua expansão, degrada, de forma impactante, as condições de trabalho da classe trabalhadora.

Percebemos que a precarização e degradação do trabalho, intensificadas no processo da reestruturação produtiva do capital, ao longo do tempo, vêm atingindo os trabalhadores de maneira global.

As diversas estratégias utilizadas pelos detentores dos meios de produção, amparados pelo poder do Estado, vem suprimindo e alienando cada vez mais os sujeitos que, infelizmente, e, ainda, enfrentando condições precárias de trabalho, encontram poucas alternativas a não ser venderem sua força de trabalho em troca de remuneração de, na maioria dos casos, baixas cifras.

Lícito seria se as relações que permeiam as atividades laborais tivessem mesmo peso, ou seja, o trabalhador recebesse um pagamento justo e digno pelas atividades desempenhadas em seus exercícios laborais assim como condições de trabalho dignas na sua realização.

Com relação à prática da Fundação Mirim, confirmando a tendência à desigualdade social presente em nosso país, temos que a maioria dos jovens que participam de seus cursos, é formada pela parcela de jovens oriundos dos bairros de baixa renda do município de Presidente Prudente.

Pautando-se nas conversas com os jovens e os pais, ficou constada que a procura pela aprendizagem ocorre por diversas motivações, decorrentes de inúmeras situações e naturezas como, por exemplo, a ideia de que essa seja uma boa oportunidade – ou até mesmo a única – de qualificação ou, ainda, uma alternativa encontrada para ajudar no sustento familiar. O ato de satisfazer suas vontades de consumo também foi um ponto destacado pelo grupo de entrevistados.

A partir dessa dinâmica, fica evidenciado o fato de que, há muito tempo, a Fundação Mirim exerce um papel central na formação de força de trabalho local,

propiciando ao empresariado local o preenchimento de seus postos de trabalho de forma rápida e freqüente.

Sendo a manutenção da alienação do sujeito para com o produto ou a função que exerce nas atividades laborais, uma forte característica do modo de produção capitalista, percebemos nos jovens mirins com os quais conversamos uma insatisfação, uma não-realização de si nas funções em que trabalharam.

Enquanto isso, a busca por se contemplar uma educação voltada à emancipação do sujeito e, não apenas voltada à educação para o trabalho, torna-se mais difícil.

No caso da Fundação Mirim verificamos que a experiência da aprendizagem é valorizada, de acordo com informações da direção da própria entidade, pela maioria dos pais dos jovens que lá se encontram, inclusive, com depoimento de pais que também freqüentaram o local no passado ou apenas acreditam que essa experiência realmente seja – utilizando um termo muito pronunciado pelo diretor – “um facilitador, um diferencial” para o ingresso de seus filhos no mercado de trabalho.

Desta maneira, é totalmente compreensível que presenciemos posturas que possam defender a existência da Fundação Mirim mesmo que esta mantenha e, em alguns momentos, enalteça determinadas artimanhas da operacionalidade do sistema capitalista.

Salientamos, no entanto, que não conseguimos contemplar neste trabalho os objetivos expostos por completo. Ficou pendente a confirmação da legitimidade da Fundação Mirim perante o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e também a elaboração de uma representação cartográfica com o objetivo de representar a espacialização dos locais de trabalho dos aprendizes.

O discurso de que a entidade beneficia os jovens prudentinos, facilitando seu ingresso no mundo do trabalho a partir da capacitação que fazem em suas instalações é defendido e reforçado através da mudança na prática da distribuição dos jovens em atividades de trabalho.

Em outras palavras, a adaptação dos aprendizes nas funções que irão exercer, estratégia que foi repensada e entendida pela entidade como um ponto positivo na diversificação da formação dos jovens, funciona como de uma espécie de

rodízio nos postos de trabalho. Essa prática concorda e contribui com a atual dinâmica da lógica do capital que, nada mais é do que a intensificação da fragmentação e flexibilização da força de trabalho.

Grosso modo, hoje a Fundação – corroborando com o discurso atual do empresariado que argumenta estar com dificuldade na contratação de força de trabalho para o exercício de funções entendidas como básicas – tenta promover a fixação desses jovens na empresa em que são alocados primeiramente. Percebe-se, dessa maneira, que a Fundação busca através da prática da diversificação, especializar a força de trabalho do jovem prudentino.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1996.

ANTUNES, Ricardo. **A dialética do trabalho** – Escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

BRANCO, Pedro Paulo Martoni. Juventude e trabalho: desafios e perspectivas para as políticas públicas. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni. **Retratos da juventude brasileira**: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.

CARVALHAL, Marcelo Dornelis.

**A dimensão territorializante da qualificação profissional em São**

**Paulo**: a ação dos sindicatos

. 2004. 347 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e política**: território, escalas de ação e instituições. 2. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

FRANCO, Luiz Antonio Carvalho. **Educação/Trabalho/Mercado de trabalho**. São Paulo: CENAFOR, 1984.

FUNDAÇÃO SEADE. **Região de Governo de Presidente Prudente**. Disponível em: <<http://www.bibliotecavirtual.sp.gov.br/pdf/saopaulo-regioes.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <<http://ibge.gov.br>>. Acesso em: 28 set. 2011.

KUENZER, Acácia Eneida. **Educação e trabalho no Brasil**: o estado da questão. 2. Ed. Brasília: INEP/ Santiago: REDUC, 1991.

**Manual da Aprendizagem**: o que é preciso saber para contratar o aprendiz. 4. Ed. Brasília: MTE, SIT, SPPE, ASCOM, 2009.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Boletim Mensal de Indicadores do Mercado de Trabalho - Resumo dos Contratos de Aprendizagem Nº. 02.** Disponível em:

<[http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D2E7318C8012F11114F2E4A78/Aprendizagem\\_Boletim%20Mensal%20de%20Indicadores%20do%20Mercado%20de%20Trabalho\\_Jan11.pdf](http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D2E7318C8012F11114F2E4A78/Aprendizagem_Boletim%20Mensal%20de%20Indicadores%20do%20Mercado%20de%20Trabalho_Jan11.pdf)>.

Acesso em: 28 set. 2011.

OLIVEIRA, Alberto de. **Território e mercado de trabalho:** discursos & teorias. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

POCHMANN, Marcio. **Desenvolvimento, trabalho e renda no Brasil:** avanços recentes no emprego e na distribuição dos rendimentos. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs). **Geografia:** conceitos e temas. 7. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. **Geografia passo-a-passo:** ensaios críticos dos anos 90. Presidente Prudente: Centelha, 2005.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. Reflexões sobra a práxis do trabalho e a necessidade da emancipação da classe trabalhadora. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v. 9. n. II. p. 1-17, dez. 2008.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. **Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI:** limites explicativos, autocrítica e desafios teóricos. Tese de Livre-Docência em Geografia. Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2009.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. **Intemperismo do trabalho e as disputas territoriais contemporâneas.** Revista da ANPEGE, v. 7, n. 1, número especial, p. 307-329, out. 2011.

## ANEXOS

### ANEXO 1 – FOTOGRAFIAS DA FUNDAÇÃO MIRIM



Foto 1. Entrada principal da Fundação Mirim. Presidente Prudente\_SP



Foto 2. Fachada da Fundação Mirim vista da Vila Santa Helena.



Foto 3. Slogan da fundação. Fachada paralela a um trecho do Parque do Povo

## ANEXO 2 – DADOS DA FUNDAÇÃO



**FUNDAÇÃO MIRIM DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, EDUCACIONAL  
E PROFISSIONAL DO ADOLESCENTE DE PRESIDENTE PRUDENTE**

ENTIDADE MANTIDA PELO EMPRESARIADO E VOLUNTÁRIOS PRUDENTINOS  
MODELO EDUCACIONAL E SOCIAL PARA O BRASIL

*Orgulho de Presidente Prudente desde 1.960*

### Relação de Adolescentes/Bairros

Presidente Prudente		
Ana Jacinta	25	4,17%
Mario Amato	17	2,83%
Cambuci	6	1,00%
J. Ocidental	3	0,50%
J. Angelica	11	1,83%
N.S. da Paz	4	0,67%
Humberto S.	13	2,17%
Panorama	7	1,17%
Alvorada	9	1,50%
Augusto de Paula	6	1,00%
Sta. Mônica	5	0,83%
V. Maria	11	1,83%
Iguaçu	8	1,33%
Tropical	11	1,83%
Brasil N.	19	3,17%
Sta. Fe	7	1,17%
V. Flores	7	1,17%
Vale do Sol	3	0,50%
Servantes	4	0,67%
S. Matheus	8	1,33%
Cedral	13	2,17%
Cobrai	8	1,33%
Furquim	9	1,50%
Inocop	4	0,67%
Watai Ishibashi	10	1,67%
Maracanã	4	0,67%
Cohab	7	1,17%
Cecap	9	1,50%
V. Industrial	11	1,83%
Cerejeiras	5	0,83%
Vale do Sol	9	1,50%
Imperial	7	1,17%
Estoril	5	0,83%
Bela Vista	5	0,83%
J. das Rosas	9	1,50%
V. Ramos de Freitas	7	1,17%
J. Paraíso	11	1,83%
V. Euclides	6	1,00%
V. Marcondes	8	1,33%

Fone/Fax: (18) 3221-6973

Visite nosso site: [www.fundacaomirim.com.br](http://www.fundacaomirim.com.br)

Rua Napoleão Antunes Ribeiro Homen, 501 - Jardim Marupiara - Cep 19060-020 - Presidente Prudente - SP  
CNPJ: 51.394.815/0001-33 / Inscrição Municipal: 59.604 / Reconhecida de Utilidade Pública Federal

Fonte: Fundação Mirim, 2011.

## ANEXO 2.1 – DADOS DA FUNDAÇÃO

 <b>FUNDAÇÃO MIRIM DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, EDUCACIONAL E PROFISSIONAL DO ADOLESCENTE DE PRESIDENTE PRUDENTE</b> ENTIDADE MANTIDA PELO EMPRESARIADO E VOLUNTÁRIOS PRUDENTINOS MODELO EDUCACIONAL E SOCIAL PARA O BRASIL <i>Orgulho do Presidente Prudente desde 1.960</i>		
Itatiaia	9	1,50%
Planalto	14	2,33%
V. Real	8	1,33%
S. José	6	1,00%
Mediterraneo	3	0,50%
J. Cinquentenario	9	1,50%
Augusto de Paula	4	0,67%
S. Gabriel	3	0,50%
Ouro Verde	8	1,33%
Maré Mansa	9	1,50%
V. Verinha	7	1,17%
Morado do Sol	9	1,50%
Itaipu	4	0,67%
Montalvão	16	2,67%
Nova Prudente	6	1,00%
Shirawa	11	1,83%
V. das Parreira	4	0,67%
Monte Alto	9	1,50%
Bracília	7	1,17%
Bongiovani	4	0,67%
Novo Bongiovani	8	1,33%
Itapura 1	11	1,83%
Itapura 2	13	2,17%
Funada	3	0,50%
	<b>516</b>	<b>86,00%</b>
Outras Cidades:		
Floresta do Sul	21	3,50%
	21	3,50%
Alv. Machado		
Pinheiros 1	14	2,33%
Pinheiros 2	19	3,17%
S. Francisco	11	1,83%
Centro	4	0,67%
Cel. Goulart	8	1,33%
Ma. De Lurdes	7	1,17%
	63	10,50%
<b>Total</b>	<b>600</b>	<b>100%</b>
*Esta relação como referencia os dados de 01/01/2011		
Fone/Fax: (18) 3221-6973      Visite nosso site: <a href="http://www.fundacaomirim.com.br">www.fundacaomirim.com.br</a> Rua Napoleão Antunes Ribeiro Homen, 501 - Jardim Marupiara - Cep 19060-020 - Presidente Prudente - SP CNPJ: 51.394.815/0001-33 / Inscrição Municipal: 59.604 / Reconhecida de Utilidade Pública Federal		

Fonte: Fundação Mirim, 2011.

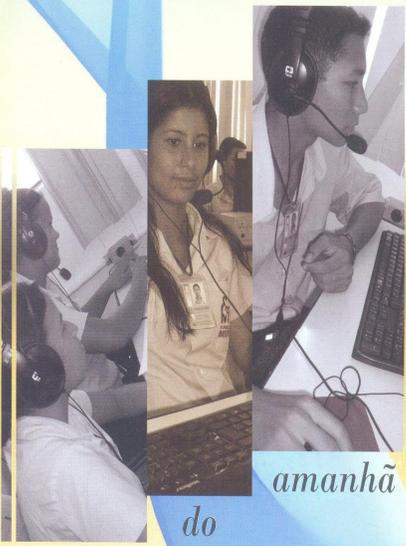
## ANEXO 3 – PANFLETO DA FUNDAÇÃO

Fundação Mirim de Desenvolvimento Social, Educacional e Profissional do Adolescente de Presidente Prudente




*fundacaomirim@hotmail.com*

Rua Napoleão Antunes Ribeiro Homen, 501  
Presidente Prudente - SP - CEP 19060-020  
Contato: (18) 3221-6973  
[www.fundacaomirim.com.br](http://www.fundacaomirim.com.br)

*amanhã*  
*do*  
*O cidadão*

ENTIDADE MANTIDA PELO EMPRESARIADO  
E VOLUNTARIADO PRUDENTINO  
MODELO EDUCACIONAL E SOCIAL PARA O BRASIL.

Fonte: Fundação Mirim, 2011.

## ANEXO 3.1 – PANFLETO DA FUNDAÇÃO

*Infra-Estrutura Completa e Moderna*

**SEDE PRÓPRIA**

Nossa sede própria oferece todas as condições necessárias para os adolescentes desenvolverem sua formação profissional e social!



**INFORMÁTICA**

Nosso Laboratório de Informática possui computadores de última geração, para melhor capacitação dos adolescentes!



**ÔNIBUS**

Nosso ônibus oferece transporte no horário do almoço!



**DENTISTA**

Nosso Consultório Odontológico oferece atendimento aos adolescentes mirins na própria sede da Fundação Mirim!



**RESTAURANTE**

Nosso restaurante oferece aos adolescentes mirins almoço com um cardápio variado!



**TELECENTRO**

Nosso Telecentro é equipado com computadores conectados à internet!



*Cent*

*anos*

*Emprego Cultura Informação Lazer*

Fonte: Fundação Mirim, 2011.

## ANEXO 3.2 – PANFLETO DA FUNDAÇÃO

*Benefícios à Empresa*



Ao estabelecer parceria com a entidade, as empresas terão a sua disposição adolescentes capacitados em diversos cursos como: informática, práticas administrativas, atendimento ao cliente, técnicas de vendas, recepção, entre outros.

Suporte do Departamento Pessoal da entidade que deixara a empresa parceira despreocupada com a parte burocrática no ato da contratação. Suporte da Equipe Técnica multidisciplinar da entidade que acompanhara as evoluções profissional e social do adolescente junto à empresa.

*Benefícios à Sociedade*



A entidade disponibiliza para a sociedade assistência social gratuita para os adolescentes de ambos os sexos, com idade entre 15 a 17 anos, provenientes de famílias de baixa renda, que se encontram privados do acesso a cursos educativos, socializadores e profissionalizantes. Colaboramos com o futuro da juventude brasileira, através de incentivo social, oferecendo-lhes cidadania através de educação, cultura, recreação e lazer.

*Benefícios à Família*



Durante a permanência do adolescente na Entidade, a família estará sempre informada da situação pessoal e profissional do mirim. O relacionamento estreita-se através de visitas domiciliares, reuniões coletivas e atendimentos individuais para orientações e avaliações. No Projeto Educação e Orientação Familiar, os pais tornam-se alunos como os filhos, participam de palestras e orientações para incentivar o diálogo e um melhor convívio familiar.

*Benefícios ao Mirim*



Estar na condição de mirim, significa trabalhar, ganhar experiência, aprender uma profissão e, ao mesmo tempo, estar preparado e qualificado para o mercado de trabalho.

Ao ingressar na entidade, o adolescente terá garantido a sua participação em cursos profissionalizantes para ingresso no mercado de trabalho, em eventos culturais, em atividades de recreação e lazer.

*Cidadania*



FUNDAÇÃO  
MIRIM

*Opportunidade*

Fonte: Fundação Mirim, 2011.

## **ANEXO 4 – ENTREVISTAS**

### **A - Entrevista que são ou foram aprendizes**

1. Por que você está cursando/cursou a Fundação Mirim?
2. O que mais gosta/gostou durante o período de curso?
3. Você considera que você utiliza o conteúdo que aprendeu quando está trabalhando?

### **B) Conversa com os pais na Fundação Mirim**

Esta oportunidade aconteceu graças a um acaso no qual o palestrante que havia tratado com a supervisão da Fundação Mirim não pode comparecer ao compromisso previamente estabelecido. Sendo assim, como a Fundação tinha nosso contato devido às visitas que fizemos no transcorrer da pesquisa, tivemos o convite para fazer no mesmo horário que é de praxe acontecer essas reuniões, uma conversa com os pais.

Fizemos nossa apresentação e expusemos nossa motivação pela escolha de estudo da Fundação.

Contamos também um pouco na nossa trajetória profissional assim como as motivações em estudar a questão do trabalho, mais especificamente, trabalho do jovem.

- 1) Qual a intenção em colocar seu filho na Fundação Mirim?
- 2) Os senhores/as foram jovens mirins?
- 3) Seus filhos já ingressaram no mercado de trabalho? Como estão conciliando o trabalho com a escola e também o lazer?
- 4) Acham que o fato de participarem da aprendizagem proposta pela Fundação Mirim fará alguma diferença na vida pessoal e profissional dos seus filhos?
- 5) A remuneração que seus filhos recebem está sendo bem aproveitada? No que eles gastam o dinheiro que recebem?